Índice das Leis Provinciais
Da
Assembleia do Maranhão.
1841.

N.º 100. — Lei de 4 de Agosto de 1841 autorizando o Presidente da Província a despende
rer, como julgar mais conveniente, a quantia de quatro contos de reis nos fes
tejos da Coroação e Sagrção de S. M.
o Imperador . . . . . . . . . . . 1

N.º 101. — Lei de 4 de Agosto de 1841 permitindo a profissão nas Ordens Religiosas ao
dos desseis annos . . . . . . . . . . 2

N.º 102. — Lei de 5 de Agosto de 1841 appro
vando os Estatutos do Seminario Ecclesi
astico, e dando outras providencias a re
speto do mesmo . . . . . . . . . . . 3

N.º 103. — Lei de 20 de Agosto de 1841 designan
do a Camara a quem compete fazer ef
fectiva a criação do municipio de Santa
Helena . . . . . . . . . . . . . . 5

N.º 104. — Lei de 20 de Agosto de 1841 disp
ando que ao Presidente da Província com
pete designar os districtos para o alis
tamento dos Corpos da Guarda Nacional

N.º 105. — Lei de 23 de Agosto de 1841 autoris
sando o Presidente da Província a estabe
lecer n'esta Cidade uma casa de educa-
ção de Artífices . . . . . . . . . . 8

N.º 106. — Lei de 27 de Agosto de 1841 autoris
sando o Presidente da Província a des
pender até a quantia de seis contos de rs.
annuaes com a introdução de Colonos es
trangeiros . . . . . . . . . . . . 10
N.º 107. — Lei de 28 de Agosto de 1841 designando o logar, e a época em que d'ora em diante se deve reunir a Assemblea Legislativa Provincial.

N.º 108. — Lei de 28 de Agosto de 1841 autorizando o Presidente da Província a contratar por oito annos o melhoramento da illuminação desta Capital.

N.º 109. — Lei de 28 de Agosto de 1841 marcando a forma da publicação das Leis, e Resoluções Municipaes.

N.º 110. — Lei de 28 de Agosto de 1841 fixando a Força Policial desta Província para o anno financeiro de 1842 a 1843.

N.º 111. — Lei de 28 de Agosto de 1841 creando uma cadeira de primeiras letras na Freguesia de S. Joaquim da Bacanga.

N.º 112. — Lei de 30 de Agosto de 1841 ordenando que em cada uma Comarca da Província e nos termos que forem julgados capazes por sua população, e riquesa se crie uma comissão de tres a cinco membros nomeados pelo Presidente da Província para propor todos melhoramentos que forem convenientes ao progresso material das respectivas Comarcas ou termos.

N.º 113. — Lei de 31 Agosto de 1841 dividindo em duas a Comarca de Pastos Bons.

N.º 114. — Lei de 31 de Agosto de 1841 autorizando o Presidente da Província a contratar com qualquer individuo, ou companhia, nacional ou estrangeira, por empresa a abertura do canal denominado «Furo».

N.º 115. — Lei do 1.º de Setembro de 1841 apro-
ca do ensino público.......

N.º 116. — Lei de 6 de Setembro de 1841 estabelecendo na Capital desta Província sob a immediata proteção do Governo da mesma uma associação denominada «Banco Maranhense» .........

N.º 117. — Lei de 1.º de Outubro de 1841 fixando a Despesa e Receita para o anno financeiro de 1842 a 1843 .........

N.º 118. — Lei de 2.º de Outubro de 1841 approvando definitivamente os Estatutos do Recolhimento de Nossa Senhora da Annunção e Remédios desta Cidade ......

N.º 119. — Lei de 2 de Outubro de 1841 autorizando a abertura da estrada denominada do «Peri-debaixo», no Termo do Rosario ......

N.º 120. — Lei de 3 de Outubro de 1841 dividindo em dois o Municipio de S. José de Guimarães ......

N.º 121. — Lei de 4 de Outubro de 1841 dividindo em duas a Freguesia de N. S. da Conceição do Brejo ......

N.º 122. — Lei de 5 de Outubro de 1841 approvando o Compromisso da Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Viana ......

N.º 123. — Lei de 5 de Outubro de 1841 criando uma cadeira de primeiras Letras para meninas na Villa do Mearim ......

N.º 124. — Lei de 5 de Outubro de 1841 concedendo o privilegio exclusivo da navegação por barcos de vapor nos rios e baias desta Província ......

N.º 125. — Lei de 6 de Outubro de 1841 fixando a Despesa, e orçando a Receita da Santa Casa da Misericordia desta Cidade para o anno de 1842 a 1843 ......

N.º 126. — Lei de 7 de Outubro de 1841 appro-
vando as contas da Camara Municipal desta Cidade do 1.º de Outubro de 1835 a 30 de Setembro de 1837.

N.º 127. — Lei de 7 de Outubro de 1841 ordenando que os Fiscaes do Municipio de Viana percebam metade das multas impostas por infracção de Posturas, e que forem arrecadadas por efeito de sua vigilância e actividade.

N.º 128. — Lei de 7 de Outubro de 1841 approvando as contas da Camara Municipal de Guimarães desde o 1.º de Outubro de 1835 até o ultimo de Setembro de 1837.

N.º 129. — Lei de 8 de Outubro de 1841 approvando as contas da Camara Municipal da Cidade d’Alcantara do anno do 1.º de Outubro de 1836 a 30 de Setembro de 1837.

N.º 130. — Lei de 9 de Outubro de 1841 prohibindo que se fação escavações nas estradas do Municipio de Viana, e dando outras providencias a bem do mesmo.

N.º 131. — Lei de 9 de Outubro de 1841 approvando as contas da Camara da cidade d’Alcantara, pertencentes ao anno financeiro de 1.º de Outubro de 1837 a 30 de Setembro de 1838.

N.º 132. — Lei de 11 de Outubro de 1841 approvando as contas da Camara Municipal do Paço de Lumiar do 1.º de Outubro de 1835 a 30 de Setembro de 1837.

N.º 133. — Lei de 11 de Outubro de 1841 marcando varios impostos no Municipio de Viana.

N.º 134. — Lei de 12 de Outubro de 1841 marcando certos impostos no Municipio de Guimarães.

N.º 135. — Lei de 12 de Outubro de 1841 autorizando a Camara Municipal desta Capi-
tal a aforar um terreno devoluto na pa-
ragem «Apicum do Mamoi» . . . . 79
N.º 136. — Lei de 12 de Outubro de 1841 ap-
provando as contas da Câmara Municipal
de Guimarães do 1.º de Outubro de 1837
a 30 de Setembro de 1838 . . . . 80
N.º 137. — Lei de 14 de Outubro de 1841 appro-
vando as contas da Câmara Municipal
de Viana de 1.º de Outubro de 1837
até o último de Setembro de 1838 . . 82
N.º 138. — Lei de 15 de Outubro de 1841 mar-
cando varias imposições peculiares ao
Município de Guimarães . . . . . 83
N.º 139. — Lei de 16 de Outubro de 1841 mar-
cando varios impostos no Município de
S. José . . . . . . . . . . . . 87
N.º 140. — Lei de 18 de Outubro de 1841 appro-
vando as contas de varias Camaras da
Provincia . . . . . . . . . . . . 94
N.º 141. — Lei de 20 de Outubro de 1841 auto-
risando varias Camaras da Provincia a des-
pender no anno financeiro do 1.º de Ju-
lho de 1842 ao ultimo de Junho de
1843 as necessarias quantias . . . . 96
COLLECÇÃO DE LEIS, DECRETOS E RESOLUÇÕES
DA
PROVINCIA DO MARANHAO.
1841.

LEI N.º 100 — DE 4 DE AGOSTO DE 1841.

João Antonio de Miranda, Presidente da Província do Maranhão, Faço saber a todos os seus habitantes, que a Assemblea Legistativa Provincial Decretou, e eu sancionei a Lei seguinte.

Art. 1.º Fica o Presidente da Província auctorizado a despender, como julgar mais conveniente, a quantia do quatro contos de reis nos festejos da Coroação e Sagração de Sua Magestade O Imperador.

Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrário. Mando por tanto a todas as autoridades a quem o conhecimento, e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão, e façam cumprir tão inteiramente como nella se contem. — O Secretario desta Província a faça imprimir, publicar, e correr. — Palácio do Governo do Maranhão aos quatro de Agosto de mil oitocentos quarenta e um, vigessimo da Independência e do Império.

JOÃO ANTONIO DE MIRANDA.

Estava o Sello.

Carta de Lei pela qual V. Ex. manda executar o Decreto da Assemblea Legistativa Provincial, autorizando o Presidente da Província a despender, como julgar mais conveniente, a quantia de quatro contos de reis nos festejos da Coroação e Sagração de S. M. o Imperador, como última se declara.

Para Vossa Excellencia ver.

José Candido Vieira a fez.
Sellada e publicada na Secretaria do Governo do Maranhão em 4 de Agosto de 1841.

Gregorio de Tavares Ózorio Maciel da Costa,


Augusto Cezar dos Reis Raiol.

---

LEI N.º 101 — DE 4 DE AGOSTO DE 1841.

João Antonio de Miranda, Presidente da Província do Maranhão, Faço saber a todos os seus habitantes, que a Assemblea Legislativa Provincial Decretou, e eu Sancionei a Lei seguinte.

Art. 1.º Fica permitida a profissão nas Ordens Religiosas aos deseseis annos completos, na conformidade do Sagrado Concilio Tridentino Cap. 15 Sessão 25 de Regularibus.

Art. 2.º Ficão revogadas a disposição do artigo 4.º da Lei Provincial n. 75 de 24 de Julho de 1838, e todas as mais em contrario.

Mando por tanto a todas as auctoridades, a quem o conhecimento, e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão, e faça cumprir tão inteiramente como nella se contem.—O Secretario d'esta Província a faça imprimir, publicar, e correr.—Palacio do Governo do Maranhão aos quatro de Agosto de mil oitocentos quarenta e um, vigessimo da Independencia e do Imperio.

Estava o Sello,

JOÃO ANTONIO DE MIRANDA...
Carta de Lei pela qual V. Ex. manda executar o Decreto da Assembleia Legislativa Provincial, permitindo a profissão nas Ordens Religiosas aos dezenove annos, como acima se declara.

Para Vossa Excellencia ver.

José Candido Vieira a fez.

Sellada, e publicada na Secretaria do Governo do Maranhão em 4 de Agosto de 1841.

Gregorio de Tavares Ozorio Maciel da Costa.


Marcellino de Azevedo Perdigão.

---

LEI N.º 102—DE 5 DE AGOSTO DE 1841.

João Antonio de Miranda, Presidente da Província do Maranhão, Faço saber a todos os seus habitantes, que a Assembleia Legislativa Provincial Decretou, e eu sancionei a Lei seguinte.

Art. 1.º Ficão approvedos os Estatutos do Seminario Ecclesiástico de Santo Antonio desta Cidade, feitos com data de 29 de Janeiro de 1838 pelo Bispo Diocesano, em virtude do art. 3.º da Lei Provincial n.º 49 de 4 de Agosto de 1837.

Art. 2.º Além da dotação de que já gosa o Seminario, serão pagas mensalmente pelos cofres Provinciais as gratificações annuaes de quinhentos mil reis ao Professor de Theologia Moral e Dogmática, cuja Cadeira fica
creada dentro do mesmo Seminario, e de trescentos e sessenta mil reis a cada um dos respectivos Professores de Latin, Logica e Historia, Rethorica, e Geographia. Os referidos Professores serão nomeados pelo Diretor na forma do Capitulo 2.º § 10 dos Estatutos, e conservados, em quanto bem servirem, podendo admitir-se no Magisterio de tais Cadeiras estrangeiros, na falta de nacionaes.

Art. 3.º O Reitor, que reger o Seminario apresentará todos os annos á Assemblea Legislativa Provincial, no principio da Sessão Ordinaria, as contas da Receita e Despesa do mesmo Seminario, depois de tomadas na forma do Cap. 3.º art. 17 dos Estatutos, e bem assim uma relação contendo o numero dos Seminarios com declaração das aulas que frequentarem, e de seu aproveitamento.

Art. 4.º Ficão revogadas as disposições em contrário.

Mando por tanto a todas as authoridades a quem o conhecimento, e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão, e façam cumprir tao inteiramente como nella se contem —O Secretario desta Provincia a faça imprimir, publicar, e correr.—Palacio do Governo do Maranhão aos cinco de Agosto de mil oitocentos quarenta e um, vigessimo da Independencia e do Imperio.

João Antonio de Miranda.

Estava o Sello.

Carta de Lei pela qual V. Ex. manda executar o Decreto da Assemblea Legislativa Provincial, approvando os Estatutos do Seminario Ecclesiastico, e dando outras providencias a respeito do mesmo, como acima se declara.

Para Vossa Excellencia ver.

José Candido Vieira a Sez.
Sellada e publicada na Secretaria do Governo do Maranhão em 5 de Agosto de 1841.

Gregorio de Tavares Ozorio Maciel da Costa.


Marcolino Severiano da Silva.

---

LEI N.º 103 — DE 20 DE AGOSTO DE 1841.

João Antonio de Miranda, Presidente da Provincia do Maranhão, Faço saber a todos os seus habitantes, que a Assemblea Legislativa Provisonal Decretou, e eu sancionei a Lei seguinte.

Art. Unico. Em additamento ao art. 4.º da Lei Provisonal n.º 65 de 15 de Junho de 1838 fica declarado que a Câmara Municipal de Guimarães é a competente para fazer efectiva a criação do Município de Santa Elena, a que se refere o sobredito artigo.

Mando por tanto a todas as auctoridades, a quem o conhecimento, e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram, e façam cumprir tão inteiramente como nella se contêm. — O Secretario d'esta Provincia a faça imprimir, publicar, e correr. — Palácio do Governo do Maranhão aos vinte de Agosto de mil oitocentos quarenta e um, vigessimo da Independencia e do Imperio.

JOÃO ANTONIO DE MIRANDA.

Estava o Sello.

Carta de Lei pela qual V. Ex. manda executar o Decreto da Assemblea Legislativa Provisonal, desig-
nando a Câmara à quem compete fazer efectiva a criação do Municipio de Santa Elena, como acima se declara.

Para Vossa Excellencia ver.

José Candido Vieira a fez.

Sellada e publicada na Secretaria do Governo do Maranhão em 20 de Agosto de 1841.

Gregorio de Tavares Ozorio Maciel da Costa.


Marcolino Severiano da Silva.

LEI Nº 104 — DE 20 DE AGOSTO DE 1841.

João Antonio de Miranda, Presidente da Provincia do Maranhão, Faço saber a todos os seus habitantes, que a Assemblea Legislativa Provincial Decretou, e eu sancionei a Lei seguinte.

Art. Unico. Ao Presidente da Provincia, para quem está marcado o recurso das atribuições dos Conselhos de Qualificação e Jury de Revista devolvidas pelo art. 6. da Lei Provincial n. 61 de 8 de Junho de 1838 aos Commandantes dos Corpos da Guarda Nacional, compete o designar os Districtos para o alistamento dos referidos Corpos informação dos respectivos Commandantes, em quanto não houver decisão da Assemblea Geral à respeito.
Mando por tanto a todas as autoridades a quem o
conhecimento, e execução da referida Lei pertencer,
que a cumprão, e fação cumprir tão inteiramente como
nella se contem.—O Secretario desta Provincia a fa-
ça imprimir, publicar, e correr.—Palacio do Governo
do Maranhão aos vinte de Agosto de mil oitocentos
quarenta e um, vigessimo da Independencia e do Im-
perio.

JOÃO ANTONIO DE MIRANDA.

Estava o Sello.

Carta de Lei pela qual V. Ex. manda executar
o Decreto da Assemblea Legislativa Provincial, dispon-
do que ao Presidente da Provincia compete designar
os Districtos, para o alistamento dos Corpos da Guarda
Nacional, como acima se declara.

Para Vossa Excellencia ver.

José Candido Vieira a fez.

Sellada, e publicada na Secretaria do Governo do
Maranhão em 20 de Agosto de 1841.

Gregorio de Tavares Ozorio Macedo da Costa.

Registada a fl. 109 do Livro 1.º de Leis e Resolu-
ções da Assemblea Legislativa Provincial. Secretaria do
Governo do Maranhão em 20 de Agosto de 1841.

Marcolino Severiano da Silva.
LEI N.º 105 — DE 23 DE AGOSTO DE 1841.

João Antonio de Miranda, Presidente da Província do Maranhão, Faço saber a todos os seus habitantes, que a Assembleia Legislativa Provincial Decretou, e eu sancionei a Lei seguinte.

Art. 1.º O Presidente da Província fica autorizado a estabelecer nesta Cidade uma Casa de educação de Artífices, para onde serão recolhidos os moços pobres, e disvalidos de toda a Província, que o mesmo Presidente julgar aptos para aprenderem os ofícios mecânicos, tendo com tudo preferência os expostos da Santa Casa da Mizericordia da mesma Cidade.

Art. 2.º Os educandos serão sustentados, vestidos, e quando doentes tratados na Casa, e ahi receberão instruções de primeiras letras, e princípios religiosos.

Art. 3.º A Casa será dirigida por um Pedagogo da escolha do Presidente da Província, e amovível á sua vontade, o qual poderá ser ao mesmo tempo mestre de primeiras letras, e doutrina christã vencendo a gratificação, que pelo mesmo Presidente lhe for arbitrada.

Art. 4.º Os educandos serão empregados em todos os dias, que não forem Santos ou Domingos no Arsenal, obras publicas, ou particulares, onde aprenderão os diferentes ofícios para que forem destinados, sendo retidos na Casa até que sejam considerados oficiais dos mesmos ofícios.

Art. 5.º O Presidente da Província fica autorizado a despende tanto para montar, como para conservar a Casa a quantia, que annualmente lhe for consignada para este fim na Lei do Orçamento Provisional: e os salários, que forem percebendo os educandos serão mensalmente levados ao Thesouro Publico Provincial, como renda propria, dedusidos somente os salários de dois dias em cada meze, serão guardados, onde for determinado no Regulamento da Casa, além de serem convertidos em instrumentos próprios do Officio a que cada um se destinou, os quais lhe serão
entregues quando forem despedidos por promptos nos respectivos officios.

Art. 6.º A organização, disciplina, administração, economia da Casa serão determinadas no Regulamento e Instruções, que para tal fim o Presidente da Província organizará quanto antes.

Art. 7.º Estabelecida a Casa de educação, de que trata o art. 4.º, ficará revogada a Lei Provincial n.º 74 de 24 de Julho de 1838, que versa sobre a educação de dous meninos orfãos e pobres no collegio dirigido por Antonio Joaquim Gomes Braga.

Art. 8.º Ficão revogadas as Leis, e mais disposições em contrario.

Mando por tanto a todas as authoridades, a quem o conhecimento, e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão, e façao cumprir tão inteiramente como nella se contem.—Ó Secretario desta Província a façã imprimir, publicar, e correr.—Palacio do Governo do Maranhão aos vinte e tres de Agosto de mil oitocentos quarenta e um, vigessimo da Independencia e do Imperio.

Joaõ Antonio de Miranda.

Estava o Sello.

Carta de Lei pela qual V. Ex. manda executar o Decreto da Assemblea Legislativa Provincial, autorizando o Presidente da Província o estabelecer nesta cidade uma Casa de educação de Artífices, na forma acima declarada.

Para Vossa Excellencia ver.

José Candido Vieira a fez.

Sellada e publicada na Secretaria do Governo do Maranhão em 23 de Agosto de 1841.

Gregorio de Tavares Ozorio Maciel da Costa.

Registada a fl. 109 v. do Livro 4.º de Leis e Reso-

Marcolino Severiano da Silva.

LEI N.º 106 — DE 27 DE AGOSTO DE 1841.

João Antonio de Miranda, Presidente da Província do Maranhão, Faz saber a todos os seus habitantes, que a Assemblea Legislativa Provincial Decretou, e eu sancionei a Lei seguinte.

Art. 1.º O Presidente da Província fica autorizado a despender até a quantia de seis contos de réis anuais com a introdução de colonos Estrangeiros, engajados à sociedade de colonização do Rio de Janeiro, em quanto se não estabelecer na Província uma sociedade de colonização, que terá a preferência.

Art. 2.º Os Colonos serão estabelecidos nas terras de patrimônio das Camaras Municipaes da Província obrigados ao aforamento respectivo. O Presidente da Província designará a porção de terreno que deve ser distribuída á cada família, e os Municipios onde com preferência devem estabelecer-se.

Art. 3.º Os Colonos porem, que não forem próprios para a laboura, serão pelo Governo distribuídos aos particulares, ficando estes obrigados a saptisfazer aos cofres Provinciais as despesas feitas com o seu engajamento.

Art. 4.º O Presidente da Província dará as instruções necessárias para a execução da presente Lei.

Art. 5.º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Mando por tanto a todas as autoridades a quem o conhecimento, e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão, e façam cumprir tão inteiramente como
nella se contem.—O Secretario desta Provincia a faça
imprimir, publicar, e correr.—Palacio do Governo do
Maranhão aos vinte sete de Agosto de mil oitocentos qua-
renta e um, vigessimo da Independencia e do Imperio.

Joaõ Antonio de Miranda.

Estava o Sello.

Carta de Lei pela qual V. Ex. manda executar
o Decreto da Assemblea Legislativa Provincial, autho-
risando o Presidente da Provincia a despender até a
quantia de seis contos de reis anuais com a introdução
de colonos Estrangeiros, na forma acima declarada.

Para Vossa Excellencia ver.
José Candido Vieira a fez.

Sellada e publicada na Secretaria do Governo do
Maranhão em 27 de Agosto de 1841.

Gregorio de Tavares Ozorio Maciel da Costa.

Registada a fl. 111 do Livro 1.º de Leis e Resolu-
ções da Assemblea Legislativa Provincial. Secretaria
do Governo do Maranhão em 28 de Agosto de 1841.

Marcolino Severiano da Silva.

LEI N.º 107 — DE 28 DE AGOSTO DE 1841.

João Antonio de Miranda, Presidente da Provincia
do Maranhão, Faço saber a todos os seus habitantes que
a Assemblea Legislativa Provincial Decretou, e eu sanc-
cionei a Lei seguinte.

Art. 4.º A reunião da Assemblea Legislativa Pro-
vincial continuará a fazer-se na Capital: a sessão d'abertura será todos os annos, á contar do anno de 1842, no dia 7 de Setembro.

Art. 2.º Ficão revogadas á Lei n. 6 de 27 de Abril de 1835, e todas as mais disposições em contrario.

Mando por tanto a todas as autoridades a quem o conhecimento, e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão, e fação cumprir tão inteiramente como nella se contem.—O Secretario desta Provincia a faça imprimir, publicar, e correr.—Palacio do Governo do Maranhão aos vinte oito de Agosto de mil oitocentos quarenta e um, vigessimo da Independencia e do Imperio.

JOÃO ANTONIO DE MIRANDA.

Estava o Sello.

Carta de Lei pela qual V. Ex. manda executar o Decreto da Assemblea Legislativa Provincial, designando o logar, e a epocha em que d'ora em diante se deve reunir a mesma Assemblea, na forma acima declarada.

Para Vossa Excellencia ver.

José Candido Vieira a fez.

Sellada, e publicada na Secretaria do Governo do Maranhão em 28 de Agosto de 1841.

Gregorio de Tavares Ozorio Maciel da Costa.


Marcolino Severiano da Silva.

João Antonio de Miranda, Presidente da Província do Maranhão, Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembleia Legislativa Provincial Decretou, e eu sancionei a Lei seguinte.

Art. Único. O Presidente da Província fica autorizado a contratar com qualquer particular, concedendo-lhe o exclusivo por oito annos, o melhoramento da iluminação da Capital, mediante a prestação de nove contos de reis annuaes pela manutenção de cento e trinta e cinco candieiros pelo menos, cuja construção será aprovada pelo Presidente da Província, ficando elles no fim do contracto pertencendo a respectiva Câmara Municipal.

Mando por tanto a todas as autoridades a quem o conhecimento, e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão, e façam cumprir tão inteiramente como nella se contem — O Secretario desta Província a faca imprimir, publicar, e correr. — Palacio do Governo do Maranhão aos vinte oito de Agosto de mil oitocentos quarenta e um, vigesimo da Independencia e do Imperio.

JOÃO ANTONIO DE MIRANDA.

Estava o Sello.

Carta de Lei pela qual V. Ex. manda executar o Decreto da Assembleia Legislativa Provincial, autorizando o Presidente da Província a contractar por oito annos o melhoramento da iluminação desta Capital, na forma acima declarada.

Para Vossa Excellencia ver. 
José Candido Vieira a fez.

Sellada e publicada na Secretaria do Governo do Maranhão em 28 de Agosto de 1841.
Gregorio de Tavares Ozorio Maciel da Costa.

Marcelino Severiano da Silva.


João Antonio de Miranda, Presidente da Província do Maranhão, Faço saber a todos os seus habitantes, que a Assembleia Legislativa Provincial Decretou, e eu sancionei a Lei seguinte.

Art. 1.º Ao Presidente da Província compete a publicação das Leis, e Resoluções Municipaes pela forma seguinte: — F... Presidente da Província do Maranhão. Faço saber a todos os seus habitantes, que a Assembleia Legislativa Provincial Decretou a seguinte Lei, ou Resolução Municipal (segue-se a integra da Lei, ou Resolução.)

Art. 2.º O Presidente da Província enviará à Assembleia Legislativa Provincial para serem distribuídos pelos seus Membros, trinta exemplares impressos de todas as Leis Provinciais, ou Municipaes, que for sancionando, ou fasendo publicar, e das Instruções, e Regulamentos, que expedir para sua execução.

Art. 3.º A Assembleia Legislativa Provincial remeterá um dos referidos exemplares de cada uma das Leis à Comissão de Redacção para informar, se o exemplar está ou não, conforme ao authographo, além de no caso negativo se providenciar como convier.

Art. 4.º Ficão revogadas a Lei Provincial n. 15 de 20 de Maio de 1835, e mais disposições em contrario.

Mando por tanto a todas as auctoridades, a quem o conhecimento, e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão, e fação cumprir tão inteiramente como
nella se contem.—O Secretario d’esta Província a faça imprimir, publicar, e correr.—Palácio do Governo do Maranhão aos vinte e oito de Agosto de mil oitocentos quarenta e um, vigessimo da Independencia e do Império.

JOÃO ANTÔNIO DE MIRANDA.

Estava o Sello.

**Carta de Lei pela qual V. Ex. manda executar o Decreto da Assemblea Legislativa Provincial, marcando a forma da publicação das Leis, e Resoluções Municipaes, como acima se declara.**

Para Vossa Excelência ver.

José Candido Vieira a fez,

Sellada e publicada na Secretaria do Governo do Maranhão em 28 de Agosto de 1841.

Gregorio de Tavares Ozorio Maciel da Costa,


Marcolino Severiano da Silva.

---

LEI N.º 110—DE 28 DE AGOSTO DE 1841.

João Antonio de Miranda, Presidente da Província do Maranhão, Faço saber a todos os seus habitantes, que a Assemblea Legislativa Provincial Decretou, e eu sancionei a Lei seguinte.

Art. 4.º A Força Policial do Maranhão para o serviço do anno financeiro de 1842 a 1843 constará.
§ 1.º Do Corpo de Polícia da Província no seu estado completo conforme a Lei de sua criação.

§ 2.º Do Corpo de Guardas Campestres conforme a Lei Provincial n.º 98 de 6 de Julho de 1840 reduzido com tudo o número de suas praças de sorte que a despeza respectiva não exceda a quantia votada para tal fim na Lei do Orçamento Provincial do mesmo ano.

Art. 2.º O Presidente da Província conservará ordinariamente na Capital as Praças do Corpo de Polícia, que forem necessárias ao serviço, para que é destinado, e empregará o resto nos pontos do interior, onde melhor convier em Destacamentos, que serão revestidos para conservação da disciplina do mesmo Corpo; em casos porem extraordinários poderá empregar todo Corpo onde, e como julgar mais conveniente à segurança pública.

Art. 3.º O Presidente da Província fica autorizado a reduzir o referido Corpo de Polícia nas praças de pret, quando entenda, que a redução é compatível com a necessidade do serviço público.

Art. 4.º Ficão revogadas as disposições em contrário.

Mando por tanto a todas as autoridades a quem o conhecimento, e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão, e façao cumprir tão inteiramente como n’ella se contem. — O Secretario d’esta Província a faça imprimir, publicar, e correr. — Palacio do Governo do Maranhão aos vinte e oito de Agosto de mil oitocentos quarenta e um, vigessimo da Independência e do Império.

Joaõ Antonio de Miranda.

Estava o Sello.

Carta de Lei pela qual V. Ex. manda executar o Decreto da Assemblea Legislativa Provincial, fixando a Força Policial desta Província para o serviço
do ano financeiro de 1842 a 1843, na forma acima declarada.

Para Vossa Excellencia ver.

José Candido Vieira a fez.

Sellada, e publicada na Secretaria do Governo do Maranhão em 28 de Agosto de 1841.

Gregorio de Tavares Ozorio Maciel da Costa.

Registada a fl. 113 do Livro 1.º de Leis e Resoluções da Assemblea Legislativa Provincal. Secretaria do Governo do Maranhão em 30 de Agosto de 1841.

Marcolino Severiano da Silva.

---

LEI N.º 111 — DE 28 DE AGOSTO DE 1841.

João Antonio de Miranda, Presidente da Provinciado Maranhão, Faço saber a todos os seus habitantes, que a Assemblea Legislativa Provincial Decretou, e eu sancionei a Lei seguinte.

Art. Unico. Fica creada na Freguezia de S. Joaquim da Bacanga uma Cadeira de primeiras Letras para meninos com o ordenado de trezentos e cincoenta mil reis annuaes, devendo o Presidente da Provincia escolher o melhor logar onde ella se haja de estabelecer, e podendo depois transferil-a para onde se conhecer que é mais conveniente.

Mando por tanto a todas as authoridades a quem o conhecimento, e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão, e faço cumprir tão inteiramente como nella se contém.—O Secretario desta Provincia a fa-
ca imprimir, publicar, e correr. — Palácio do Governo do Maranhão aos vinte oito de Agosto de mil oitocentos quarenta e um, vigessimo da Independencia e do Império.

JOÃO ANTONIO DE MIRANDA.

Estava o Sello.

Carta de Lei pela qual V. Ex. manda executar o Decreto da Assemblea Legislativa Provincial, criando uma Cadeira de Primeiras Letras na Freguezia de S. Joaquim da Bacanga, como acima se declara.

Para Vossa Excellencia ver.

José Candido Vieira a fez.

Sellada, e publicada na Secretaria do Governo do Maranhão em 28 de Agosto de 1841.

Gregorio de Tavares Ozorio Maciel da Costa.


Marcolino Severiano da Silva.

---

LEI N.º 112 — DE 30 DE AGOSTO DE 1841.

João Antonio de Miranda, Presidente da Província do Maranhão, Faz saber a todos os seus habitantes, que a Assemblea Legislativa Provincial Decretou, e eu sancionei a Lei seguinte.

Art. 1.º Em cada huma Comarca da Província,
bem como naquelles Termos que forem julgados capazes por sua população e riqueza, haverá huma commissão composta de tres a cinco cidadãos nomeados pelo respectivo Presidente d’entre os mais abastados e de melhor conceito por sua probidade, inteligencia e patriotismo.

Art. 2.º As referidas commissões, cujos membros e agentes servirão gratuitamente, serão encarregados de propôr a abertura de estradas, limpezas de rios, e o mais que fór conveniente ao progresso material de suas respectivas Comarcas ou Termos.

Art. 3.º Feita a proposta de qualquer destas obras ao Presidente da Provinçia, este mandando por algum Engenheiro ou perito fazer a planta, plano e orçamento da obra, submeterá tudo à aprovação da Assembléa Legislativa Provincial.

Art. 4.º Obtida a aprovação da Assembléa, a commissão respectiva promoverá huma subscrição voluntaria por entre os habitantes mais interessados nas ditas obras, a qual deverá subir pelo menos a um terço do orçamento total da obra projectada.

Art. 5.º A referida subscrição será arrecadada semestralmente por prestações divididas em quotas de dez mil reis, devendo os subscriptores declarar na ocasião da assinatura o numero das quotas, com que tiverem de concorrer por semestre, e por quantas se obrigão no total da sua subscrição.

Art. 6.º As commissões nomearão hum de seus membros para Thesoureiro bem como tantos agentes arrecadadores quantos forem necessarios, havendo atenção às qualificações exigidas no art. 4.º

Art. 7.º Compete ao Thesoureiro: 1.º receber dos agentes as quotas que elles tiverem arrecadado, passando-lhes recibos por cada subscriptor com declaração do nome deste e das quotas recebidas; 2.º fazer estas declarações em livro para isso destinado; 3.º guardar as quantias recebidas, e fazer os pagamentos ordenados pela respectiva commissão; 4.º exigir recibo das
pessoas, a quem fizer pagamentos, e fazer os respectivos assentos em outro livro; 5.º prestar contas sem demora, quando o exigir a comissão.

Art. 8.º São obrigados os agentes: 1.º a arrecadar as subscrições; 2.º a passar recibos aos subscriptores dos pagamentos que fizerem; 3.º a fazerem imediatamente entrega ao Thesoureiro das quantias que for recebendo.

Art. 9.º Logo que o valor total das subscrições monte ao terço do orçamento, conforme o art. 4.º, e antes de se promover a arrecadação, a comissão o participará pelo intermédio do Presidente da Província á Assembleá Legislativa Provincial, e esta consignará na Lei do orçamento o resto da quantia preciza para se effectuar a obra, distribuindo-a em huma ou mais prestações annuais, conforme o estado dos cofres públicos, e importância da obra, de que se tratar.

Art. 10. As prestações consignadas pela referida Assembleá serão entregues no Thesouro Provincial á pessoa, que para isso se mostrar autorizada pela respectiva comissão.

Art. 11. As comissões terão a seu cargo a direcção e fiscalisasação das obras, que poderão fazer por administração ou por arrematação, como julgarem mais vantajo; qualquer contracto porem a este respeito deverá ser approvado pelo Presidente da Província, para que possa ter o necessário efffeito.

Art. 12. As comissões remeterão todos os annos á Assembleá Provincial por intermedio do Presidente da Província hum relatorio circumstanciado das subscrições assignadas, recebidas, e que estiverem por pagar tanto dos subscriptores como do Thesouro Provincial; do estado, e andamento das obras a seu cargo; e das quantias, que ainda forem precisas para conclusão das mesmas.

Art. 13. O Presidente da Província prestará às comissões, e aos arrematantes ou administradores,
auxilio de tropa, e tudo o que estiver a seu alcance para
promover os trabalhos.

Art. 14. Concluída qualquer abertura de estrada,
limpesa de rio, construção de ponte ou outra qualquer
obra, a Assembleia Provincial sobre proposta da comiss-
são decretará huma taxa modica sobre os que se utiliza-
rem das obras, a qual será arrecadada para manuten-
ção ou reparo dellas, e indemnização dos subscripto-
res, inclusive o Thesouro Provincial, na proporção
das quotas com que tiverem concorrido.

Art. 15. As comissões de duas ou mais Comar-
cas ou Termos poderão combinar-se, e formar um
só corpo para levarem a effeito alguma obra, que inte-
ressando a todos exija maiores capitaes e esforços; e nes-
te caso nomearão d’entre si huma comissão de trez
membros, que procederá conforme fica disposto para ca-
da huma das comissões estabelecidas.

Art. 16. As subscripções posto sejam voluntarias
 obrigão com tudo aquelles, que prestarem suas assigna-
turas ao cumprimento delhas; competindo às commis-
sões na sua arrecadação os mesmos privilegios e ac-
cções, que competem ao Thesouro Provincial na dos im-
postos a seu cargo.

Art. 17. Ficão revogadas as Leis e mais disposi-
cões em contrario.

Mando por tanto a todas as auctoridades, a quem
o conhecimento, e execução da referida Lei pertencer,
que a cumprão, e faça cumprir tão inteiramente como
nella se contem.—O Secretario d’esta Provincia a faça
imprimir, publicar, e correr.—Palacio do Governo do
Maranhão aos trinta de Agosto de mil oitocentos qua-
renta e um, vigesimo da Independencia e do Imperio.

Joaõ Antonio de Miranda.

Estava o Sello.

Carta de Lei pela qual V. Ex. manda executar
o Decreto da Assemblea Legislativa Provincial, orde-
nando que em cada uma Comarca da Província, e nos Termos que forem julgados capazes por sua popula-
ção, e riquessa se crie uma comissão de trez a cin-
oc membros nomeados pelo Presidente da Província pa-
ra o fim acima declarado.

Para Vossa Excellencia ver.

José Candido Vieira a fez.

Sellada e publicada na Secretaria do Governo do
Maranhão em 30 de Agosto de 1841.

Gregorio de Tavares Ozorio Maciel da Costa.

Registada a fl. 114 v. do Livro 1.º de Leis e Resolu-
çoes da Assembleia Legislativa Provincial. Secretaria
do Governo do Maranhão em 1.º de Setembro de 1841.

Marcolino Severiano da Silva.

---

LEI N.º 113 — DE 31 DE AGOSTO DE 1841.

João Antonio de Miranda, Presidente da Província
do Maranhão, Faço saber a todos os seus habitantes, que
a Assembleia Legislativa Provincial Decretou, e eu sanc-
cionei a Lei seguinte.

Art. 1.º Fica dividida em duas a Comarca de Pas-
tos-Bons pela forma seguinte.

§ 1.º A actual Comarca de Pastos-Bons compos-
ta dos Termos de Pastos-Bons, e Passagem-Franca.
§ 2.º Comarca da Chapada, composta dos Term-
os do Riachão e Chapada, que será a cabeça da mesma
Comarca.

Art. 2.º O Juiz de Direito da nova Comarca da
Chapada terá o vencimento anual de dois contos de rs., pagos pela forma porque são os outros Juízes.

Art. 3.º Ficão revogadas as Leis e mais disposições em contrário.

Mando por tanto a todas as auctoridades, a quem o conhecimento, e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão, e faço cumprir tão inteiramente como nella se contem.—O Secretario d'esta Provincia a faça imprimir, publicar, e correr.—Palacio do Governo do Maranhão aos trinta e um de Agosto de mil oitocentos quaarenta e um, vigessimo da Independencia e do Imperio.

Joaõ Antonio de Miranda.

Estava o Sello.

Carta de Lei pela qual V. Ex. manda executar o Decreto da Assemblea Legislativa Provincial, dividindo em duas a Comarca de Pustos-Bons, na forma acima declarada.

Para Vossa Excellencia ver.

José Candido Vieira a fez.

Sellada e publicada na Secretaria do Governo do Maranhão em 31 de Agosto de 1841.

Gregorio de Tavares Ozorio Maciel da Costa.


Marcolino Severiano da Silva.
LEI N. 114 — DE 31 DE AGOSTO DE 1841.

João Antonio de Miranda, Presidente da Provincia do Maranhão, Faco saber a todos os seus habitantes, que a Assemblea Legislativa Provincial Decretou, e eu sancionei a Lei seguinte.

Art. 1.º O Presidente da Provincia fica auctorizado a contractar com qualquer individuo, ou companhia, nacional ou estrangeira, por empresa, a abertura do canal denominado —Furo— com o previlegio exclusivo até sessenta annos, contados da data do contracto, findo o qual ficará o canal considerado como propriedade provincial.

Art. 2.º Se houverem obstaculos insanaveis para que a abertura do canal se faça pelo logar designado, fica tambem auctorisado o Presidente da Provincia a dirigir a empresa por outro qualquer logar mais vantajoso, com tanto que o canal comuniquue as aguas do rio Bacanga com as das Bahias, que torneão a ilha do Maranhão.

Art. 3.º A capacidade do canal deverá ser correspondente aos barcos de noventa toneladas.

Art. 4.º Principiar-se-ha a obra do canal dentro de tres annos da data do contracto, e acabar-se-ha dentro dos sete annos seguintes, diminuindo-se seis annos do privilegio por cada um anno, que a sua conclusão exceder ao tempo mencionado; se a demora po- rem não fôr por negligencia do contractador, e tiver uma causa prevista, e justificada por força maior, nem um desconto se fará na duração do privilegio pelo tempo da demora proveniente dessa causa.

Art. 5.º O Presidente da Provincia é auctorizado a comprar ainda mesmo com desapropriação por utilidade publica, nos termos da Lei de 9 de Setembro de 1826, para ceder depois gratuitamente ao contractador o espaço do terreno de dusenta braças de frente com vinte cinco de fundo em cada uma das extremidades do canal, e d’ambos os lados d’elle.
Art. 6.º Fica consignada a favor do contractador a prestação anual de sete contos de reis, paga pelos cofres Provinciáes pelo espaço de dez annos, contados do dia, em que elle der principio à abertura do canal: a referida prestação cessará, logo que se interrompão os trabalhos do mesmo, e se forem interrompidos por mais de um anno sem causa atendível, e justificada, entender-se-ha, que o contractador desisti da empresa, e em tal caso os terrenos concedidos, bem como as obras do canal no estado em que estiverem, pertencerão á Fazenda Provincial.

Art. 7.º Si o contractador fizer a abertura do canal com duzentos colonos europeos pelo menos, próprios para tais trabalhos, a prestação, de que trata o artigo antecedente será elevada a dez contos de reis annuaes.

Art. 8.º O contractador estabelecerá no principio de cada um anno, durante o privilégio, as taxas, que lhe convierem nos transportes feitos pelo canal, e não as poderá augmentar no decurso d’esse anno, porem destinará dez por cento dos lucros liquidos anuais, que entrarão no Thesouro Provincial, como renda da Provincia.

Art. 9.º Ficão revogadas as Leis e mais disposições em contrario.

Mando por tanto a todas as authoridades a quem o conhecimento, e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão, e façam cumprir tão inteiramente como n’ella se contem.—O Secretario d’esta Provincia a faça imprimir, publicar, e correr.—Palacio do Governo do Maranhão aos trinta e um de Agosto de mil oitocentos quarenta e um, vigesimo da Independencia e do Imperio.

JOÃO ANTONIO DE MIRANDA.

Estava o Sello.

Carta de Lei pela qual V. Ex. manda executar o Decreto da Assemblea Legislativa Provincial, authorizando o Presidente da Provincia a contractar com
Qualquer individuo, ou companhia, nacional ou estran-
geira, por empresa a abertura do canal denominado
—Furo—, como acima se declara.

Para Vossa Excellencia ver.
José Candido Vieira a fez.

Sellada, e publicada na Secretaria do Governo do
Maranhão em 31 de Agosto de 1841.

Gregorio de Tavares Ozorio Maciel da Costa.

Registada a fl. 117 do Livro 4.º de Leis e Resolu-
luções da Assemblea Legislativa Provincial. Secretaria
do Governo do Maranhão 1.º de Setembro de 1841.

Marcolino Severiano da Silva.

LEI N.º 115 — DE 1 DE SETEMBRO DE 1841.

João Antonio de Miranda, Presidente da Província
do Maranhão, Faço saber a todos os seus habitantes, que
a Assemblea Legislativa Provincial Decretou, e eu sanc-
cionei a Lei seguinte.

Art. 1.º Ficão approvados os Estatutos do Lyceu
desta Cidade organizados pela respectiva Congregação,
e approvados pelo Presidente da Província em 12 de
Outubro de 1838, e interinamente postos em execu-
çao em virtude do art. 3.º da Lei Provincial n.º 77 de
24 de Junho do mesmo anno.

Art. 2.º A Congregação determinará a forma por-
que deve ser conferido o grau, de que trata o artigo
31 dos mesmos Estatutos, a qual será approvada pelo
Presidente da Província.

Art. 3.º Fica suspenso o provimento de cadeiras
do 2.º e 3.º anno do Curso de Marinha do referido Lyceu.

Art. 4.º A substituição das cadeiras do Lyceu por impedimento dos respectivos Professores será d’ora em diante commettida a Professores do mesmo Lyceu, que não poderão escusar-se d’este serviço, durante o qual perceberão a gratificação designada no art. 14 da Lei Provincial n.º 80 de 27 de Julho de 1838.

Art. 5.º O desconto no vencimento dos Professores, de que tratam os arts. 2.º e 3.º da Lei Provincial n.º 93 de 16 de Julho de 1840, será feito d’ora em diante a juizo do Director do Lyceu, reduzido a dez o número de faltas de que trata o mesmo art. 2.º

Art. 6.º A fiscalisação sobre o regimen das aulas e comportamento dos Professores Publicos, tanto do Lyceu, como de toda a Provincia, com excepção dos do Seminario Ecclesiastico, de que trata o art. 6.º da citada Lei n.º 93, devolverá d’ora em diante ao Director do Lyceu, que a exercerá por si, e por delegados de sua confiança; ficando elevada a quinhentos mil reis a gratificação, que óra percebe o mesmo Director; e obrigado o Presidente da Provincia a dar as necessarias instruções para facilitar a boa execução d’este artigo.

Art. 7.º Ao Porteiro do Lyceu fica competindo o receber a quantia consignada para despesas do expediente do mesmo Lyceu, com a obrigação de prestar contas de tres em tres mezes no Thesouro Provincial de que houver despendido legalizando-as com documentos rubricados pelo Director, sem o que se lhe não entregará novas quantias.

Art. 8.º As gratificações, que forem concedidas aos Professores pelo Presidente da Provincia em virtude do art. 10 da Lei geral de 15 de Outubro de 1827, ficão dependentes da approvação da Assemblea Legislativa Provincial, para o que serão á esta remettidos todos os documentos em que se tiver baseado o mesmo Presidente para a concessão.
Art. 9.º Ninguém excepto os Professores Públicos em matérias do seu magisterio, poderá ter ou abrir aulas particulares de instrução á mocidade sem que obtenha permissão do Presidente da Província fundada em documentos, que atestem sua idoneidade: tais aulas quando permitidas ficão sujeitas á fiscalisação das auctoridades competentes, podendo o referido Presidente cassar a permissão concedida, quando o agraciado no exercício das suas funções se mostrar incapaz de as exercer.

Art. 10. Ficão revogadas as Leis e mais disposições em contrario.

Mando por tanto a todas as authoridades a quem o conhecimento, e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão, e fação cumprir tão inteiramente como nella se contem —O Secretario desta Província a faça imprimir, publicar, e correr.—Palacio do Governo do Maranhão em o primeiro de Setembro de mil oitocentos quarenta e um, vigesimo da Independencia e do Imperio.

JOAõ ANTONIO DE MIRANDA.

Estava o Sello.

Carta de Lei pela qual V. Ex. manda executar o Decreto da Assemblea Legislativa Provincial, approvando os Estatutos do Lyceu d’esta Capital, e dando outras providencias acerca do ensino publico, como acima se declara.

Para Vossa Excellencia ver.

José Candido Vieira a fez.

Sellada e publicada na Secretaria do Governo do Maranhão em o 1.º de Setembro de 1841.

Gregorio de Tavares Ozorio Maciel da Costa.

Marcolino Severiano da Silva.


João Antonio de Miranda, Presidente da Provincia do Maranhão, Faço saber a todos os seus habitantes, que a Assembleia Legislativa Provincial Decretou, e eu sancionei a Lei seguinte.


Art. 2.º O fundo capital do Banco será de quatrocentos contos de reis, divididos em duas mil accoens de duzentos mil reis cada uma, mas não serão por ora admittidos accionistas para mais de mil e quinhentas accoens, ficando em reserva as quinhentas restantes, afim de serem vendidas convenientemente, quando assim o resolver a assemblea geral da dita associação.

Art. 3.º A importância de cada uma entrada, a época de sua realização, e a comminação das penas aos remissos serão marcadas nos Estatutos do Banco.

Art. 4.º O Banco poderá emittir notas pagaveis ao portador, e bilhetes, ou letras à ordem, porem a emissão será feita em proporção tal, que o não exponha a desperdir seus pagamentos, nunca excedendo tres vezes o seu capital realizado.

Art. 5.º As notas do Banco serão recebidas, como moeda, nas Repartições publicas Provincias na
razão de metade da importância dos pagamentos que ali se fizerem, e nas Geraes, logo que a Assemblea Legislativa Provincial tiver obtido da Assembleia Geral do Imperio o necessário consenso, por meio de representação que para tal fim lhe dirigirá.

Art. 6.º A dispozição do artigo antecedente ficará de nenhum efeito, logo que o Banco deixar de pagar promtamente as suas notas ao portador.

Art. 7.º O Banco emprestará, descontará, e adiantará seus fundos a juros que não excedam à razão de oito por cento ao anno; os prazos a que tiver de efeito suas operações, aos quaes nenhun excederá a doze mezes, e bem assim a forma, garantia, numero e qualidade dos fiadores, que exigirá nos contractos, serão marcados nos Estatutos por maneira, que as respectivas tranzacções não ofereçam risco. Os accionistas terão preferencia para contrair emprestimos, descouts, e adiantamentos, sobre penhor, e depósito de suas acções, ou dando as cauções, e garantias nos ditos Estatutos determinadas.

Art. 8.º As operações do Banco serão as seguintes;

1.º Emprestar sobre peahores de ouro e prata,—até trez quartos do seu valor; sobre brillhantes,—até metade; sobre suas acções,—até tres quartos.

2.º Emprestar sobre fazendas depositadas na Alfedegna desta Cidade, não subjetos a deterioração no prazo do emprestito, e sobre algodoens, ou qualquer outro genero do paiz, não sugerto a corrupção,—até metade do seu valor no mercado.

3.º Emprestar sobre títulos de divida publica geral, e desta Provincia em particular,—até metade do seu valor ficando sempre os proprietarios de tais títulos responsaveis a pagar, no prazo do emprestito, a quantia emprestada.

4.º Emprestar sobre apolices de divida publica geral, e de divida provincial, que tenham vencimento de juros, e hypotheca especial,—até tres quartos do seu valor no mercado.
5.º Emprestar com a conveniente precaução sobre hypotheca de predios nobres, nesta Cidade, com fíancas idoneas, e as clarezas necessarias, a prazo fixo, que não excederá a doze mezes.

6.º Emprestar ao Governo da Provincia por meio de contracto como de particular a particular, sendo o empréstimo auctorisado por Lei da Assemblea Legislativa Provincial com hypotheca de renda especial, cujo producto em cinco annos possa amortizar o seu capital e juros, — até cincoenta contos de reis; não podendo em tempo algum constituir-se credor de maior quantia para com o referido Governo.

7.º Descontar, e negociar letras de cambio, e da terra, bilhetes da Alfandega, e mais titulos de credito commercial a prazos fixos.

8.º Fazer adiantamentos em conta corrente sobre garantias individuaes, e sobre titulos de valores a prazos fixos.

9.º Comprar, e vender, quando, e como convier, apolices de divida provincial com juros, e hypotheca especial.

10. Comprar, e vender moedas de ouro, e prata, quando convier o emprego de fundos parados ou realização d'elles (precedendo para uma, e outra operação, voto unanime dos Directores) — até o valor de quinze por cento do seu capital realizado.

11. Receber em deposito moedas, joias, ouro, prata, título do Governo, e de estabelecimentos publicos, ou particulares; pagando um quarto por cento de commissão os objectos à ordem de seus donos, não sujeitos como penhores; que forem de simples guarda: exceptua-se a moeda corrente, cujo depozito se guardará gratuitamente.

12. Abrir conta com os depozitadores de moeda corrente, e pagar á vista á sua ordem até a concurrencia da quantia depositada, mediante a commissão de um quarto por cento; podendo, caso lhe convenha, pagar aos que depozitarem quantias, não menores de um cento de
reis, os juros convencionados, ou os estabelecidos na tabella semanal que haverá a porta do Banco, nunca pôr em excedentes a seis por cento ao anno.

13. Encarregar-se, por conta alheia, mediante a comissão de meio por cento, de cobrar letras e mais títulos a receber, dentro da Capital, comprar e vender metaes, apolices, e quaesquer títulos de valores, cobrar dividendos, e fazer remessas de moeda.

14. Perceber como comissão do Banco meio por cento sobre as quantias que emprestar, e adiantar em conformidade dos §§ 1.º, 2.º, 3.º, 4.º, 5.º, 6.º, e 8.º deste artigo; um quarto por cento sobre as que descontar na forma do § 7.º; e um por cento sobre os valores vendidos em leilão.

Art. 9.º O Governo da Provincia efectuará a compra de cem acções, emittindo, assim de realizar o capital necessário para as entradas, na conformidade do art. 3.º, apolices com o juro de seis por cento ao anno, as quaes serão vendidas pelo preço do mercado, não sendo abaixo de setenta. A renda proveniente do imposto da meia siza de venda dos escravos fica desde já hypothecada ao pagamento dos juros das apolices, e amortização do empréstimo que se for verificando, na razão de três por cento.

Art. 10. A Santa Caza da Mizericordia empregará em acções do Banco pelo menos a quantia de vinte conto de reis, não podendo fazer empréstimos, ou compras, em quanto não preencher a de cem acções, correspondente aquella quantia.

Art. 11. O Banco fará, sobre o producto liquido de seus lucros, dividindo aos accionistas nas épocas marcadas pelos Estatutos.

Art. 12. O Banco, por conta, e sem dependência de consentimento do devedor que não tiver pago no tempo aprasado, não havendo renovação do trato, ou não julgando a Direcção conveniente, havel-a, poderá proceder a leilão do penhor depozitado, precedendo trinta dias ao acto da venda anuncião publico.
Art. 43. O Banco não pagará tributo, imposto ou contribuição qualquer provincial dos mencionados empréstimos tranzações, e negociações.

Art. 44. As acções poderão ser vendidas, cedidas, e hypothecadas, pondo-se-lhes no Banco as verbas necessárias; no caso de compra ou cessão, far-se-ha o pagamento dos lucros aos compradores, ou cessionários.

Art. 45. O Banco poderá ser instalado, logo que estejam subscriptas mil acções, e começarão suas operações, apenas recolher em caixa quarenta contos de rs.

Art. 46. O Banco não poderá:

1.º Possuir predios, alem dos necessários para o seu estabelecimento, e expediente dos seus negocios; dos que lhe houverem sido hypothecados, ou forem por elle adqueridos para satisfação de dívidas anteriormente contraídas no curso de suas tranzações e dos adjudicados em hasta publica, em virtude de sentenças obtidas sobre taes dívidas.

2.º Negociar directa, ou indirectamente sobre objecto que não seja dos comprehendidos na presente Lei; não prejudicando esta disposição a venda, ou interesse dos predios adqueridos, ou os negocios sobre artigos provenientes dos mesmos predios; pena de pagar os contraventores tres vezes o valor dos objectos da negociação; metade para o denunciante, metade para a Fazenda Provincial.

3.º Deixar de pagar á vista qualquer de suas notas, letras ou obrigações, ou de entregar promptamente as quantias recebidas em depósito; — pena de pagar aos possuidores das notas, letras ou obrigações, e ás pessoas que tiverem direito ao levantamento de taes depósitos, o juro de doze por cento ao anno, desde o dia em que se fizer o pedido até plena satisfação, e pagamento.

Art. 47. O Banco apresentará mensalmente ao Governo da Provincia um relatorio do seu estado com o quadro do capital realizado, dividas activas, dinheiro depositado, notas em circulação, e metaes em caixa; e annualmente um balanco geral; assim de ser
tudo remettido à Assembleia Legislativa Provincial no princípio de suas sessões annuaes.

Art. 18. O Governo da Provincia promoverá a instalação do Banco, nomeando uma commissão installmentadora, composta de sete membros, capitalistas, negociantes, e lavradores, a qual organizará os Estatutos do Banco, conformando-se com as disposições desta Lei, e tendo em vista as garantias, solidez, e confiança que oferecem as do Banco Commercial do Rio de Janeiro.

Art. 19. As qualidades dos accionistas para poderem votar, e ser votados em assemblea geral; as épocas de sua reunião, as qualidades, deveres, responsabilidade, e vencimentos tanto dos membros da direcção, que serão de eleição d’aquella assembleá, como dos maíns empregados, que serão nomeados pela dita direcção, a forma da escripturação, e contabilidade, e o maís que disser respeito á administração e gerencia interna do Banco, tudo será marcado nos seus Estatutos, onde se designará a maneira porque devem ser examinadas as contas que tem de dar annualmente a mentionada direcção, e se tomará todas as medidas que firmem a estabilidade, ordem, e garantia do Estabelecimento.

Art. 20. A Comissão installmentadora apresentará os Estatutos ao Governo da Provincia, o qual os examinará, e approvando-os interinamente, o fará publico pela imprensa; depois do que os ditos Governo, e Comissão promoverão a subscrição das acções.

Art. 21. subscriptas mil acções, a comissão installmentadora convidará os accionistas para a primeira assemblea geral do Banco, e dirigirá os trabalhos, até a eleição do Presidente, Vice-Presidente, e dois Secretários, os quais tomarão posse de seus lugares, e procederão na conformidade dos Estatutos:

1.º À aprovação dos mesmos.
2.º À eleição dos directores.
3.º À redacção do requerimento, que por inter-
medio daquelle Prezidente será dirigido à Assemblea Legislativa Provincial, impetrando sua definitiva approvação aos referidos Estatutos.

Art. 22. A assemblea geral dos accionistas poderá dirigir à Assembléa Legislativa Provincial representação motivada, impetrando a revogação, alteração, ou substituição de qualquer das disposições da presente Lei que a experiencia tiver demonstrado ser prejudicial ao Banco, ou não preencher seus fins.

Art. 23. O Banco, no caso de não corresponder ao fim de sua criação, e de verificar-se ter sofrido prejuízos excedentes a dez por cento do seu fundo capital, poderá, precedendo deliberação da assemblea geral dos accionistas, ser dissolvido, e entrar logo em liquidação.

Art. 24. Depois de approvados os Estatutos pela Assemblea Legislativa Provincial, nenhum dos poderes políticos da Provincia terá ingerencia, ou inspecção alguma, no Banco Maranhense: a assemblea geral dos seus accionistas será soberana na decizão de todos os negócios delle, e disposições dos Estatutos que se não opozerem á presente Lei, durante os vinte annos de sua existencia.

Art. 25. Ficações revogadas as disposições em contrario.

Mando por tanto a todas as authoridades a quem o conhecimento, e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão, e fação cumprir tão inteiramente como nella se contem —O Secretario desta Provincia a faça imprimir, publicar, e correr. —Palacio do Governo do Maranhão em seis de Setembro de mil oitocentos quarenta e um, vigesimo da Independencia e do Imperio.

JOÃO ANTONIO DE MIRANDA.

Estava o Sello.

Carta de Lei pela qual V. Ex. manda executar o Decreto da Assemblea Legislativa Provincial, estabelecendo na Capital desta Provincia sob a immediata
proteção do Governo da mesma, uma associação de denominada—Banco Maranhense—na forma acima declarada.

Para Vossa Excellencia ver

José Candido Vieira a fez,

Sellada e publicada na Secretaria do Governo do Maranhão em 6 de Setembro de 1841.

Gregorio de Tavares Ozorio Maciel da Costa.

Registada a fl. 119 v. do Livro 1.º de Leis e Resoluções da Assembléa Legislativa Provincial, Secretaria do Governo do Maranhão 9 de Setembro de 1841.

Marcolino Severiano da Silva.

---

LEI N.º 117 — DE 1 DE OUTUBRO DE 1844.

João Antonio de Miranda, Presidente da Província do Maranhão, Faço saber a todos os seus habitantes, que a Assemblea Legislativa Provincial Decretou, e eu sancionei a Lei seguinte.

CAPITULO 1.º

DA DESPESA PROVINCIAL.

Art. 1.º O Presidente da Província he autorisado a despender no anno de 1842, a 1843 a quantia de Rs. 317:516$500 com os seguintes títulos de despeza.
TITULO 1.º

REPRESENTAÇAO PROVINCIAL.

§ 1.º Com o subsídio dos Membros da Assembleáa Legislativa Provincial inclusive um mez de prorrogação, havendo-a, e indemnização para as despezas de ida e volta................................. 11.280$000

§ 2.º Com o pessoal da Secretaría da Caza da Assembleáa....................... 1:278$000

§ 3.º Com o expediente, e outras despezas da referida Secretaría............... 600$000

TITULO 2.º

SECRETARIA DO GOVERNO.

§ único. Com os ordenados dos Empregados da Secretaría inclusive o Oficial aposentado......................... 6.360$000

Os emolumentos da Secretaría, por inteiro, dedusidos delles mensalmente, todas e quaesquer despezas relativas ao expediente da mesma, serão desde já divididos pelos respectivos Empregados inclusive o Porteiro e Continuo na forma determinada em Leis anteriores, continuando-se com tudo na mesma Secretaría com a escripturação de taes emolumentos, e cessando a despesa consignada no corrente anno financeiro para o expediente da referida Secretaría

TITULO 3.º

FISCALIZAÇÃO E ARRECADAÇÃO DAS RENDAS.

§ 1.º Com os ordenados dos Empregados do Tesouro Publico Provincial e-
levados desde já os do Contador e Thezoureiro a 1:100$000 rs., o do Procurador Fiscal a 1:000$000 reis, o do Oficial-maior a 900$000 reis, o do Secretario com a obrigação de servir de Cartorario a 850$ reis, os dos Esquipturários a mais 50$000 reis do que ora percebem, e o do Porteiro a 450$000 reis. .................. 10:200$000

§ 2.º Com o expediente do mesmo Thezouro inclusive o jornal de hum servente, e gratificaçoesus desde já a dois colaboradores, quando sejão preciosos. . . . 1:400$000

§ 3.º Com a porcentagem às Collectorias. ...................... 8:000$000

TITULO 4.º

INSTRUÇAO PUBLICA.

§ 1.º Com os ordenados e gratificaçoes dos Empregados do Lyceo, sendo desde já elevados a 500$000 reis tanto a gratificação do Director como o ordenado do Porteiro, e suprimidos os dos Professores das cadeiras do 2.º e 3.º anno do Curso de Marinha, cujo provimento foi suspenso. .................. 9:325$000

§ 2.º Com o expediente do Lyceo. 400$000

§ 3.º Com os Professores de LingoLa Latina fora da Capital .................. 3:600$000

§ 4.º Com os Professores de Primeiras Letras em toda a Provincia inclusive desde já o de S. Joaquim da Bacanga. 13:800$000

§ 5.º Com as Professoras de Primeiras Letras em toda a Provincia inclusive desde já a do Mearim .................. 4:750$000

§ 6.º Com as mezadas do cidadão João Nunes de Campos, que pode voltar à
França para continuar ali os seus estudos em conformidade da Lei Provincial n.º 40 de 5 de Maio de 1835, dadas em mea-
da forte daquelle paiz, tendo logar igual despesa no corrente anno financeiro........ 400$000

§ 7.º Com o Professor da Escola Normal pelo método Leneastrino........ 740$000

§ 8.º Com utencilios e outras despe-
sas para as aulas pelo método Leneastrino................. 620$000

§ 9.º Com o subsídio anual ao Re-
colhimento de N. S. d'Annunciação e Remedios desta Cidade.................. 2.000$000

§ 10. Com o subsídio do Seminario Eccelesiastico, e gratificaçãosen desde já aos respectivos Professores.................. 3.580$000

§ 11. Com o Estabelecimento dos Educandos Artifices na forma da Lei Pro-
vincial a respeito, fazendo-se igual despe-
za no corrente anno financeiro, alem do que nos meimos annos render o Estabe-
lecimento.......................................................... 4.000$000

§ 12. Com a Bibliotheca Publica sendo para os Empregados 1.200$000 reis, elevado desde já o vencimento do Bibliotheca-
cario a 700$ reis com a obrigação de fa-
er á sua custa ás despezas do expedien-
to, e para compra de livros e reparo dos existentes 800$000 reis................. 2.000$000

TITULO 5.º

SAUDE E CARIDADE PUBLICA.

§ 1.º Com o ordenado do Cirurgião-
mor da Provincia, ficando este obrigado desde já a curar as praças do Corpo de Policia da Provincia.................. 300$000

§ 2.º Com o subsídio á Santa Casa
da Mizericordia desta Cidade desde já para ser aplicado ao curativo dos lazaros.  2.º000$000
§ 3.º Com os Empregados da vaccina, que serão d'ora em diante pagos pelo Thezouro Provincial, entregando-se à Camara da Capital unicamente a quantia destinada para despesas do expediente da mesma vaccina.  642$000

TITULO 6.º
CATHEQUESI E CIVILISACAO DOS INDIOS.

§ 1.º Com a congrua e gratificações aos Missionarios, e Vice-Directores das Missões conforme a Lei respectiva, ficando o Presidente da Provincia auctorizado desde já a estabelecer as duas Missões que restão, onde julgar mais conveniente.  2.º550$000
§ 2.º Com a compra de utencílios de lavoura e outros objectos debrinde aos Indios.  2.º450$000

TITULO 7.º
COLONISACAO.

§ unico. Com a colonisação conforme a Lei respectiva, e igual despesa no corrente anno financeiro.  6.º000$000

TITULO 8.º
FORÇA E SEGURANÇA PUBLICA.

§ 1.º Com as gratificações annuaes aos Prefeitos.  6.º000$000
§ 2.º Com os ordenados dos Secre-
§ 2.º Com os soldos e mais objectos relativos ao pessoal e material do Corpo de Polícia da Província inclusive os reformados na forma da Lei Provincial n. 84 de 19 de Junho de 1839, que unicamente compreende o referido Corpo de Polícia, e o de Guardas Campestres. 77:000$000

§ 4.º Com o Corpo de Guardas Campestres na forma da Lei respectiva, despendendo-se igual quantia no corrente ano financeiro. 8:000$000

§ 5.º Com a prestação à Câmara Municipal da Capital para ser aplicada à iluminação desta. 9:000$000

TITULO 9.º

ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA.

§ 1.º Com os ordenados dos Juízes de Direito do crime e cível da Província incluzive desde já o da nova Comarca da Chapada. 23:400$000

§ 2.º Idem dos Juízes Municipaes e de Orfãos. 4:800$000

§ 3.º Com o sustento dos prezos pobres. 3:000$000

§ 4.º Com o reparo das Cadeias existentes. 4:000$000

TITULO 10.

CULTO PÚBLICO.

§ 1.º Com as congruas dos Empregados da Cathedral, elevados desde já às do Arcipreste, Chantre e Mestre Escola a
S. 1.º Com os reparos de fontes e calçadas, se estes forem feitas com pedras do Taqui,

S. 7.º Com a construção e reparos das Igrejas Matrizes, aplicando-se huma desde já

S. 6.º Com os guisamentos para as Parochias na razão de 200$000 reis cada.

S. 5.º Iden dos Parochos da Província, elevados desde já a 400$000 reis, incluindo-se nesta disposição a do Parocho da nova Freguesia de S. Bernardo...

S. 4.º Com a Congrega do Vírgario General Provizor do Bispado...

S. 3.º Com a Congrega do S. do mesmo ano...

S. 2.º Com a fabrica da mesma Cathedral...
§ 2.º Com reparos de estradas........ 6:000$000
§ 3.º Com a limpeza do rios Preto
e Urú, sendo para o primeiro hum con-
to de reis; e satisfazendo-se no corrente an-
no financeiro ao cidadão arrematante da
limpeza do segundo mais dous contos de rs.
na forma do seu contrato............. 6:700$000
§ 4.º Com a obra do Caes da Sagra-
cão hum dos comprehendidos no Decreto
de 16 de Junho de 1832, despendendo-
se igual quantia no corrente anno financeiro
§ 5.º Com planos e orçamentos d’o-
bras............................... 600$000

TITULO 12.

DESPESAS EVENTUAES.
§ único. Com despezas Eventuaes. 5:000$000

CAPÍTULO 2.º

DAS RENDAS PROVINCIAES.

Art. 2.º Pertencem à Receita Provincial as se-
guintes imposições.
1.ª Decima dos predios urbanos.
2.ª Sello das heranças e legados.
3.ª Direitos d’officios e empregos Provinciaes.
4.ª Idem de cinco por cento sobre o algodão ex-
portado para fora da Provincia.
5.ª Idem sobre os outros generos de producção
e cultura da Provincia exportados para fora da mesma.
6.ª Agio de moeda de ouro ou prata.
7.ª Imposto de dous mil reis por cabeça de ga-
do vacum.
8.ª Idem de dous mil reis por cabeça de porco.
9.ª Idem de fabricas e officinas de fogos artificiais.
10. Idem das cazas de jogo de bilhar.
11. Imposto de tabaco ou fumo.
12. Idem das casas de leilão.
13. Idem de vinte por cento no consumo da a-guardente e mais líquidos espirituosos.
15. Idem de casas de modas.
16. Idem de dez por cento no consumo dos viúhos
   e cervejas.
17. Idem da meia siza dos escravos.
18. Cobrança da divida activa das Rendas Pro-
    vinciaes posterior ao 1.º de Julho de 1836.
19. Metade das Rendas Provinciaes anterior ao 1.º
    de Julho de 1836.
20. Reposiçoens e restituiçoens de Rendas e Despes-
    sas Provinciaes.
22. Imposto de quinze por cento sobre os cou-
    ros de toda e qualquer qualidade de producção da Pro-
    vincia exportados para fora della.
23. Sello das Patentes dos Officiaes da Guarda Na-
    cional.
25. Saldo, que não tiver sido pago pelos cofres
    Gerais em virtude do disposto no artigo 29 da Lei Geral
    n. 60 de 20 de Outubro de 1838, bem como qual-
    quer suprimento concedido pela Assemblea Geral.
26. Seis por cento da divida activa.
27. Rendimento do Estabelecimento de Educandos
    Artifices desde já, e na conformidade da Lei respectiva.

Art. 3.º Ficão revogados os artigos 6.º, 7.º, e
8.º da Lei Provincial n. 92 de 8 de Julho de 1840, e es-
tabelecida desde já a Collectoria da Capital, como se
achava antes da referida Lei com a unica diferença de
que o oito por cento de porcentagem, que lhe forão ar-
bitrados, dedusidas as despezas da Collectoria, nas quaes
se comprehendem tambem as despezas judiciaes com
as causas movidas pela mesma em favor da arrecadação,
serão distribuidos em nove partes iguaes, das quaes
pertencerão três ao Collector, duas a cada um dos Escri-
vaes, e huma a cada hum dos Agentes, os quais não per-
ceberão mais a gratificação de 4008000 rs. que ora tem.

Art. 4.º Os Agentes da referida Collectoria são
considerados desde já solicitadores da Fazenda nas cau-
sas da mesma tratadas em Juizio pela dita Collectoria.

Art. 5.º Nas apprehensoens por extravio de direi-
tos feitas pelos Empregados da Collectoria da Capital
procederá o Collector desde já no que lhe for aplicável
na forma do Regulamento das Alfandegas de 22 de
Junho de 1836 sobre o mesmo objecto, havendo delle re-
curso para o Inspector do Theouro Publico Provin-
cial, e deste para o Presidente da Provincia, que dará as
instruções necessarias para a boa execução deste artigo.

Art. 6.º Os prazos para as arrecadações, de que
trata o artigo 11 da Lei Provincial n. 89 de 16 de
Junho de 1840 serão de hum a tres annos, ficando sus-
pensas até ulterior resolução as arremataoens das ren-
das, que se arrecadão pela Collectoria da Capital.

Art. 7.º Continuara a arrecadação dos impostos
sobre liquidos espirituosos, tabaco ou fumo da Provin-
cia pela forma porque se acha estabelecida, quanto
porem á dos impostos sobre os mesmos generos importa-
dos de fora da Provincia, e sobre vinhos e cervejas
o Presidente da Provincia dará desde já regulamentos e
instruções adequados a melhorá-la, de forma que se
torne efetiva.

Art. 8.º As quantias que existem ou para o fuca-
turo existirem nas Prefeituras provenientes das gratafi-
cações, de que trata o art. 6.º da Lei Provincial n. 98
de 15 de Julho de 1840, que não tiverem sido distribuí-
das aos apprehensores de escravos fugidos por falta
de conhecimento de quem elles sejão, serão recolhi-
das desde já aos cofres Provinciases com a obrigação de
serem restituídas aos mesmos apprehensores; quando
provem claramente esta qualidade.

Art. 9.º Fica o Presidente da Provincia auctorisado
a mandar pagar nõo corrente anno financeiro.
1.º O que se dever ainda ao cidadão Diogo Lopes de Araujo Salles na forma do seu contrato para a abertura da estrada, de que trata a Lei Provincial n. 33.

2.º Ao cidadão João Joaquim Belfort Sabino a gratificação de 500$ rs. que lhe é arbitrada em compensação do trabalho da inspecção da última parte da referida estrada, de que foi encarregado.

3.º Aos herdeiros do finado Joaquim Manoel da Cunha o que se lhes dever por conta do contrato ultimamente celebrado para a construção de parte do edifício da casa de prisão com trabalho.

4.º À Camara Municipal da Villa do Rosario a quantia de seis contos e noventa e seis mil reis para ser aplicada ao pagamento do que deve de alugueis do predio, em que celebra as suas sessões, pertencente ao cidadão Caetano Antonio Ribeiro.

5.º Aos negociantes Fernando Biber & C. a quantia de trez contos seiscentos e vinte e dois mil seiscentos e vinte reis entrada nos cofres Provinciæs em virtude de sentença da Relação desta Cidade, que a final foi revogada em recurso de revista, com tanto que antes de receberem aquella quantia apresentem os mesmos negociantes huma relação circunstanciada das pessoas, a quem venderão os líquidos espirituosos e charutos, por cujos impostos foram elles demonstrados, na qual tenham declarado as mesmas pessoas, que com eficácia comprarão tais generos, afim de que sejão ellas competentemente debitadas como responsáveis pelos impostos dos generos que consumirão.

Art. 10. O alinhamento e plano existente, de que trata a Lei Provincial n. 43 de 3 de Agosto de 1837 para a isenção temporaria da imposição da decima urbana, he o que foi organizado para a construção do caes, a que se refere o citado Decreto de 16 de Junho de 1832, e não outro qualquer alinhamento parcial dado pela Camara Municipal aos predios, que se tem edificado, ou se edificarem.

Art. 11. A disposição do artigo 4.º da Lei no-
vessima, que manda commetter d'ora em diante a substituição das Cadeiras do Lyceo a Professores do mesmo, exclue desde já de tal substituição a quaesquer outros substitutos creados por Leis anteriores.

Art. 12. Cessa desde já o effeito da Lei Provinc, n. 81 de 17 de Maio de 1839, que auctorisava a despesa de seis contos de reis durante as commoções da Provínica.

Art. 13. Continuão em vigor as disposições da Lei Provinc, n. 99 de 16 de Julho de 1840, que não versarem precisamente sobre fixação de Receita ou Despesa, e que não tiverem sido ou forem expressamente revogadas.

Art. 14. Ficão revogadas as Leis e mais disposições em contrario.

Mando por tanto a todas as authoridades a quem o conhecimento, e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão, e fação cumprir tão inteiramente como nella se contem — O Secretario desta Provínica a faça imprimir, publicar, e correr. — Palacio do Governo do Maranhão em o primeiro de Outubro de mil oitocentos quarenta e um, vigesimo da Independencia e do Imperio.

JOAãO ANTONIO DE MIRANDA.

Estava o Sello.

Carta de Lei pela qual V. Ex. manda executar o Decreto da Assemblea Legislativa Provinc, fixando a Despeza e Receita para o anno financeiro de 1842 a 1843 na forma acima declarada.

Para Vossa Excellencia ver.

José Candido Vieira a fez.

Sellada e publicada na Secretaria do Governo do Maranhão em o 1.º de Outubro de 1841.

Gregorio de Tavares Ozorio Maciel da Costa.

Marcolino Severiano da Silva.

LEI N.º 118 — DE 2 DE OUTUBRO DE 1841.

João Antonio de Miranda, Presidente da Província do Maranhão, Faço saber a todos os seus habitantes, que a Assembleia Legislativa Provincial Decreto, e eu sancionei a Lei seguinte.

Art. 1.º Fica definitivamente aprovados os Estatutos do Recolhimento de Nossa Senhora da Annunção e Remédios d'esta Cidade organizados pelo Bispo Diocesano em 19 de Desembro de 1840, e postos em execução por ordem do Governo da Província de 6 de Fevereiro deste ano, na forma do art. 1.º da Lei Provincial n.º 95 de 11 de Julho de 1840.

Art. 2.º O Presidente da Província, ouvindo o Bispo Diocesano dará todas as providencias necessárias para que os referidos Estatutos sejam religiosamente executados, procedendo para tal fim como julgar conveniente, à vista das circunstâncias que ocorrerem.

Art. 3.º No referido Recolhimento serão recebidas as orfãs expostas na Santa Casa da Misericórdia d'esta Cidade, que a respectiva Mesa resolver para ali mandar, quando as mesmas tenham sete annos completos de idade, ficando a Santa Casa obrigada a mantê-las com uma mesada igual à que pelo § 3.º do artigo 2.º da citada Lei Provincial n.º 95 deve ser anualmente estabelecida para as educandas filhas de paes abastados, e cessando as mesmas mesadas aos vinte e um annos completos de idade, ou antes se ellas sahiem do Recolhimento para se casar, ou estabelecer fora do mesmo.
Art. 4.º As expostas, que sahiram do Recolhimento para se casar receberão da Santa Casa da Mizericordia um dote da quantia de quatrocentos mil reis pagos por uma só vez depois de efectuado o casamento com aprovação do Presidente da Província.

Art. 5.º Igual dote, e com as mesmas condições do artigo antecedente receberão dos cofres Províncias as educandas do Recolhimento admitidas em virtude do art. 2.º § 2.º da referida Lei Provincial n. 95, que sahiram para se casar, não tendo até então melhorado de fortuna por qualquer circunstância, que tenha ocorrido, verificada á juízo do Presidente da Província.

Art. 6.º A disposição do artigo 2.º § 4.º da sobredita Lei Provincial n. 95 compreende as educandas mantidas pela Santa Casa da Mizericordia, cujo trabalho em quanto se conservarem no Recolhimento será aplicado em benefício do mesmo.

Art. 7.º As mesadas de que trata o art. 2.º da Lei Provincial n. 95, a que se refere o art. 3.º d'esta serão estabelecidas pelo Presidente da Província sobre proposta do Bispo Diocesano, que a tal respeito terá ouvido a superioria do Recolhimento. Estas mesadas assim estabelecidas não poderão ser alteradas durante o anno, salvo se se tratar de meninas pobres, e desvalidas, que não podendo ser admitidas gratuitamente por não o permitirem já as rendas do Recolhimento, tiverem com tudo algum protector, que por caridade se proponha a fazer-lhes algum benefício, porque então fica o Bispo Diocesano auctorisado a admittil-as, contractando com o protector uma redução nas mesadas, com tanto que esta não exceda á um terço da que estiver estabelecida, e que o protector se obrigue a pagar pontualmente a que for contractada durante a educação da sua protegida fixada até os vinte e um annos completos de idade, se antes não sahir ella do Recolhimento para se casar, ou estabelecer fora do
Art. 8.º Ficão revogadas as Leis e mais disposições em contrario.
Mando por tanto a todas as authoridades a quem o conhecimento, e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão, e fação cumprir tão inteiramente como nella se contem.—O Secretario desta Provincia a faça imprimir, publicar, e correr.—Palacio do Governo do Maranhão em dos de Outubro de mil oitocentos quarenta e um, vigesimo da Independencia e do Império.

JOAãO ANTONIO DE MIRANDA.

Estava o Sello.

Carta de Lei pela qual V. Ex. manda executar o Decreto da Assemblea Legislativa Provincial, approvando definitivamente os Estatutos do Recolhimento de Nossa Senhora da Annunciacao e Remedios d'esta Cidade, na forma acima declarada.

Para Vossa Excellencia ver.

José Candido Vieira a fez.

Sellada, e publicada na Secretaria do Governo do Maranhão em 2 de Outubro de 1841.

Gregorio de Tavares Ozorio Maciel da Costa.


Marcolino Severiano da Silva.
LEI N.º 119—DE 2 DE OUTUBRO DE 1841.

João Antonio de Miranda, Presidente da Província do Maranhão, Faço saber a todos os seus habitantes, que a Assemblea Legislativa Provincial Decretou, e eu sancionei a Lei seguinte.

Art. 1.º A Camara Municipal da Villa do Rozario fica autorizada para mandar abrir, e reparar á custa de suas rendas, na conformidade do plano junto, a estrada denominada do—Pirí debaixo—desde a Villa até o Campo no logar—Mocambira—, e construir duas pontes de madeira sobre os igarapés, que atrecessão a quella estrada.

Art. 2.º A Camara porá em arrematação as ditas obras, e quando não concorrão lançadores mandará fazel-as por administração.

Art. 3.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Mando por tanto a todas as authoridades a quem o conhecimento, e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão, e fação cumprir tão inteiramente como n'ela se contem.—O Secretario d'esta Província a faça imprimir, publicar, e correr.—Palacio do Governo do Maranhão em dous de Outubro de mil oitocentosquarenta e um, vigesimo da Independencia e do Imperio.

JOÃO ANTONIO DE MIRANDA.

Estava o Sello.

Carta de Lei pela qual V. Ex. manda executar o Decreto da Assemblea Legislativa Provincial, autorizando a abertura e limpeza da estrada denominada do—Pirí debaixo—, no Termo do Rozario, na forma acima declarada.

Para Vossa Excellencia ver.

José Candido Vieira a fez.
Sellada, e publicada na Secretaria do Governo do Maranhão em 2 de Outubro de 1841.

Gregorio de Tavares Ozorio Maciel da Costa,


Marcolino Severiano da Silva.

---

LEI N.º 120 — DE 3 DE OUTUBRO DE 1841.

João Antonio de Miranda, Presidente da Província do Maranhão, Faço saber a todos os seus habitantes, que a Assemblea Legislativa Provincial Decretou, e eu sancionei a Lei seguinte.

Art. 1.º O Munícipio de S. Joze de Guimarães fica d’ora em diante dividido em dous debaixo das denominações seguintes.

§ 1.º Munícipio de S. José de Guimarães propriamente dicto, cuja cabeça é a villa de S. Joze de Guimarães.

§ 2.º Munícipio de S. João do Cururupú, cuja cabeça é o logar de S. Joao do Cururupú elevado a cathegoria de villa, debaixo da mesma denominação, com as autoridades correspondentes.

Art. 2.º Os limites communs de ambos os Munícipios serão o rio Cururupú, e estrada do Rozario, que conduz á Santa Eulalia, e d’ali em linha recta ao ponto central da divisão das duas Freguesias ora existentes, que ficarão tendo os mesmos limites.

Art. 3.º Ficão revogadas as Leis e mais disposições em contrario.
Mando por tanto a todas as autoridades a quem o conhecimento, e execução da referida Lei pertencer, que a cumpra, e faço cumprir tão inteiramente como nella se contem.—O Secretario desta Provincia a faça imprimir, publicar, e correr.—Palacio do Governo do Maranhão em tres de Outubro de mil oitocentos quarenta e um, vigesimo da Independencia e do Imperio.

JOA'O ANTONIO DE MIRANDA.

Estava o Sello.

Carta de Lei pela qual V. Ex. manda executar o Decreto da Assemblea Legislativa Provincial, dividindo em dois o Municipio de Sao Joze de Guimaraes, na forma acima declarada.

Para Vossa Excellencia ver.
José Candido Vieira a fez.

Sellada e publicada na Secretaria do Governo do Maranhão em 3 de Outubro de 1841.

Gregorio de Tavares Ozorio Maciel da Costa.

Registada a fl. 132 do Livro 1.º de Leis e Resoluções da Assemblea Legislativa Provincial. Secretaria do Governo do Maranhão 3 de Outubro de 1841.

Marcolino Severiano da Silva.

---

LEI N.º 121—DE 4 DE OUTUBRO DE 1841.

João Antonio de Miranda, Presidente da Provincia do Maranhão, Faço saber a todos os seus habitantes, que a Assemblea Legislativa Provincial Decretou, e eu sancionei a Lei seguinte,
Art. 1.º A Freguesia de N. Senhora da Conceição do Brejo fica d'ora em diante dividida em duas, sendo a Povoação de S. Bernardo na margem esquerda da Parnahiba o assento da segunda, que se denominará Freguezia de S. Bernardo. A Villa do Brejo continuará a ser o assento da primeira com a mesma invocação, que actualmente tem.

Art. 2.º O Presidente da Provincia ouvindo o Ordinario da Diocese, e a Camara do Brejo marcará os limites d’estas duas Freguesias.

Art. 3.º O Parocho que for nomeado para a nova Freguezia vencerá pelos costões Provinciais a congrua que compete aos Parochos da Provincia.

Art. 4.º O Presidente da Provincia, ouvindo o Ordinario da Diocese, e a Camara da Tutoya, poderá alterar os limites da Freguesia de N. Senhora dos Araiozes, annexando a esta aquella parte da Freguesia da Tutoya, que lhe ficar mais proxima.

Art. 5.º Ficão revogadas as disposições em contrário.

Mando por tanto a todas as autoridades a quem o conhecimento, e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão, e fação cumprir tão inteiramente como n’ella se contem.—O Secretario d’esta Provincia a faça imprimir, publicar, e correr.—Palacio do Governo do Maranhão em quatro de Outubro de mil oitocentos quarenta e um, vigesimo da Independencia e do Imperio.

João Antonio de Miranda.

Estava o Sello.

Carta de Lei pela qual V. Ex. manda executar o Decreto da Assemblea Legislativa Provincial, dividindo em duas a Freguesia de N. Senhora da Conceição do Brejo, na forma acima declarada.

Para Vossa Excellencia vei.

José Candido Vieira a Iez.
Sellada e publicada na Secretaria do Governo do Maranhão em 4 de Outubro de 1841.

Gregório de Tavares Ozório Maciel da Costa.


Marcolino Severiano da Silva.

---

LEI N.º 122 — DE 4 DE OUTUBRO DE 1841.

João Antonio de Miranda, Presidente da Província do Maranhão, Faço saber a todos os seus habitantes, que a Assembleia Legislativa Provincial Decretou, e eu sancionei a Lei seguinte.


Mando por tanto a todas as authoridades a quem o conhecimento, e execução da referida Lei pertencer, que a cumprião, e fação cumprir tão inteiramente como nella se contem — O Secretario desta Província a faça imprimir, publicar, e correr.—Palacio do Governo do Maranhão em quatro de Outubro de mil oitocentos quarenta e um, vigesimo da Independencia e do Imperio.

Estava o Sello.

JOAO ANTONIO DE MIRANDA.

Carta de Lei pela qual V. Ex. manda executar o Decreto da Assembleia Legislativa Provincial, apro-
vando o Compromisso da Confraria de Nossa Senhora da Conceição, Orago da Freguesia da Villa de Viana, na forma acima declarada.

Para Vossa Excellencia ver.

José Candido Vieira a fez.

Sellada e publicada na Secretaria do Governo do Maranhão em 4 de Outubro de 1841.

Gregorío de Tavares Ozório Maciel da Costa.

Registada a fl. 133 do Livro 1.º de Leis e Resoluções da Assembleia Legislativa Provincial. Secretaria do Governo do Maranhão 4 de Outubro de 1841.

Marcolino Severiano da Silva.

---

LEI N.º 123 — DE 5 DE OUTUBRO DE 1841.

João Antonio de Miranda, Presidente da Província do Maranhão, Faço saber a todos os seus habitantes que a Assemblea Legislativa Provincial Decretou, e eu sancionei a Lei seguinte.

Art. 1.º Fica creada na Villa do Miarim uma Cadeira de primeiras letras para meninas, a qual será provida na forma das Leis em vigor.

Art. 2.º A Professora terá o ordenado anual de trezentos e cincoenta mil reis.

Art. 3.º Ficão revogadas as disposições em contrário.

Mando por tanto a todas as auctoridades, a quem o conhecimento, e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão, e façã cumprir tão inteiramente como
nella se contem.—O Secretario d'esta Província a faça imprimir, publicar, e correr.—Palácio do Governo do Maranhão em cinco de Outubro de mil oitocentos quarenta e um, vigesimo da Independencia e do Império.

JOÃO ANTONIO DE MIRANDA.

Estava o Sello.

Carta de Lei pela qual V. Ex. manda executar o Decreto da Assemblea Legislativa Provincial, criando uma cadeira de primeiras letras para meninas na Villa do Miarim, na forma acima declarada.

Para Vossa Excellencia ver.
José Candido Vieira a fez.

Sellada e publicada na Secretaria do Governo do Maranhão em 5 de Outubro de 1841.

Gregorio de Tavares Ozorio Maciel da Costa.


Marcolino Severiano da Silva.

---

LEI N.º 124 — DE 5 DE OUTUBRO DE 1844.

João Antonio de Miranda, Presidente da Província do Maranhão, Faço saber a todos os seus habitantes, que a Assemblea Legislativa Provincial Decretou, e eu sancionei a Lei seguinte.

Art. 1.º Fica concedido, pelo tempo de vinte anos, o privilégio exclusivo da navegação por vapor, nos rios e bahias da Província ao Empresario ou Compa-
nhia, que para esse fim se formar, debaixo das condições estabelecidas nos §§ seguintes.

1.º O Empresario ou Companhia será obrigado a apresentar no Porto do Maranhão dentro de dezoito meses depois de firmado o contracto, dous barcos de vapor próprios para navegar em quatro palmos d'agooa, e d'ahi em diante, de cinco em cinco annos pelo menos, outro do porte que lhe convier.

2.º Ficarão desligados do privilegio todos os logares, em que os ditos barcos não tocarem quatro vezes no primeiro anno contado da sua chegada, oito no segundo, e uma vez mais em cada anno seguinte, excepto nos casos de senistro, força maior, ou perturbação da ordem publica, que obrigue o Governo a cortar comunicação com o logar perturbado.

3.º O Empresario ou Companhia será obrigado a designar por meio de editaes, affixados nas praças publicas, e no correio, as horas de partida, os portos de seu destino, e aquelles onde tem de tocar, com declaração da demora provável, que em cada um delles possa ter.

4.º O Empresario ou Companhia fica obrigado a faser conduzir gratuitamente nos barcos mentionados as malas, e officios do Governo. As pessoas que por este, ou por qualquer outra authoridade, forem enviadas em serviço ou para outro fim, pagaráo passagem como os de mais passageiros, podendo somente os officiais ser admitidos a ré ou na camara.

5.º O Empresario ou Companhia não será obrigado a fazer conduzir gratuitamente petrechos de guerra, ou quaesquer outros objectos. A pólvora, e de maís combustiveis em nem um caso poderão ser transportados nos referidos barcos: exceptua-se o combustivel necessário para o consumo dos mesmos.

6.º O Empresario ou Companhia perceberá dos cofres Provincias o premio de oito conto de reis pelo primeiro barco de vapor que construir na Provincia com seu necesario maquinismo, e o de quatro con-
tos de reis por cada um subsequente até o número de quatro.

7.º O Empresário ou Companhia durante o termo de seu privilegio destinará dez por cento de seus lucros líquidos anuais para a construção dos faróis necessários à navegação, que tiver contractado, e quando não haja tal necessidade para os cofres Provinciais.

8.º O Governo, quando no caso de perturbação exigir o serviço dos barcos da Companhia, responderá por todo o dano, que resultar de similhante empreogo, além da correspondente indemnização.

9.º O Governo concederá ao Empresário ou Companhia marítimas, e terrenos havendo devolutos, em local próprio para se construírem cais de embarques, armazens de depósito, estaleiros, e oficinas, tudo de propriedade do mesmo Empresário ou Companhia.

10. O Governo se obrigará a garantir e fazer guardar todas as condições declaradas nos §§ antecedentes, firmando contrato à respeito.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Mando por tanto a todas as authorityes, a quem o conhecimento, e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão, e fação cumprir tão inteiramente como nella se contem.—Ó Secretario desta Provincia a faça imprimir, publicar, e correr.—Palacio do Governo do Maranhão em cinco de Outubro de mil oitocentos quarenta e um, vigesimo da Independencia e do Imperio.

João Antonio de Miranda.

Estava o Sello.

Carta de Lei pela qual V. Ex. manda executar o Decreto da Assembléa Legislativa Provincial, concedendo o privilegio exclusivo da navegação por vapor nos rios e bahias d’esta Provincia na forma acima declarada.

Para Vossa Excellencia ver.

José Candido Vieira a fez.
Sellada, e publicada na Secretaria do Governo do Maranhão em 5 de Outubro de 1841.

Gregorio de Tavares Ozorio Maciel da Costa,


Marcolino Severiano da Silva,

---

LEI N.º 125 — DE 6 DE OUTUBRO DE 1841.

João Antônio de Miranda, Presidente da Província do Maranhão, Faço saber a todos os seus habitantes, que a Assemblea Legislativa Provincial Decretou, e eu sancionei a Lei seguinte.

CAPITULO 1.º

DA DESPESA.

Art. 1.º A Mesa da Santa Casa da Misericordia d'esta Cidade é auctorizada a despender no anno financeiro de 1842 a 1843 a quantia de Reis 23:8333:560 com os seguintes Titulos de Despesa.

TITULO 1.º

ADMINISTRAÇÃO DA SANTA CASA.

§ 1.º Com o pessoal de sua Secretaria 1:040:000

§ 2.º Com o material da mesma Secretaria, inclusive impressões de todos os
objectos relativos á Santa Casa, e despesas com as loterias................. 3288000
§ 3.º Com a gratificação do Procurador da Santa Casa e mais despesas judiciaes 3608000

TÍTULO 2.º
IGREJA.
§ 4.º Com ordenados e gratificações ao Sacristão e Sineiro.............. 3128000
§ 2.º Guisamentos e outras despesas miudas.......................... 2508000
§ 3.º Com a Festa de S. Joze.... 3508000
§ 4.º Missas e Officios pelas almas de bemfeitores da Santa Casa........... 1628000

TÍTULO 3.º
HOSPITAL GERAL.
§ 1.º Gratificação ao Ciurgião de partido.............................. 2008000
§ 2.º Ordenados e gratificações do Almoxarife, Escrivão, 1.º e 2.º Enfermeiro e Porteiros......................... 4:9008000
§ 3.º Jornaes e rações ao cosinhoiro.................................. 2308400
§ 4.º Rações e vestuario a sete serventes do Hospital.................... 5048000
§ 5.º Alimentos aos enfermos............................................. 4:5008000
§ 6.º Agoa, luses, lenha, sabão, e outras miudesas....................... 5008000
§ 7.º Roupas do Hospital.................................................. 5008000
§ 8.º Medicamentos......................................................... 1:7008000

TÍTULO 4.º
CASAS DE EXPOSTOS.
§ 1.º Com o ordenado do Administrador e sua mulher.................... 4508000
§ 2.º Alimentos aos Expostos, e serventes da casa. .................. 1:600$000
§ 3.º Vestuário e calçado ................................................. 300$000
§ 4.º Salários, e outras despesas com as amas de leite .......... 1:100$000
§ 5.º Agoa, luses, lenha, sabão, e outras despezas ............. 213$000
§ 6.º Medicamentos ....................................................... 100$000

TITULO 5.º

HOSPITAL DOS LASAROS.

§ 1.º Com ordenados e gratificações ao porteiro e enfermeiro. ............ 168$000
§ 2.º Alimentos aos enfermos ........................................... 2:600$000
§ 3.º Roupas para o Hospital ............................................ 140$000
§ 4.º Agoa, luses, lenha, sabão, e outras miudezas ................. 258$000
§ 5.º Medicamentos ....................................................... 80$000

TITULO 6.º

CIMITERIO.

§ 1.º Ordenados ao Capelão ............................................. 500$000
§ 2.º Procissão dos Ossos ............................................... 86$000
§ 3.º Jornais de serventes, e gratificações aos mesmos nos dias Santos..... 216$160
§ 4.º Rações e vestuários aos serventes ................................ 288$000
§ 5.º Guisamento da Capella, utensílios, cal, caixões, e outras despesas miudas. 280$000

TITULO 7.º

ESMOLAS.

§ 1.º Com esmolas a pessoas pobres fora da Santa Casa, inclusive as que se distribuirem no dia da Festa de S. Joze .......... 600$000
§ 2.º Com a pensão d’uma educanda no Recolhimento.............. 208000

TITULO 8.º

OBRAS.

§ 1.º Reparos dos edifícios da Santa Casa................................. 3008000
§ 2.º Com a obra do muro, que deve cercar o terreno pertencente ao Hospital Geral................................. 10008000

TITULO 9.º

DESPESAS EVENTUAES.

§ único. Com despesas eventuaes para todos os Estabelecimentos da Santa Casa. 6308000

CAPITULO 2.º

DA RECEITA.

Art. 2.º Fica orçada a Receita da Santa Casa da Misericordia d’esta Cidade para o anno financeiro d’esta Lei na quantia de Reis 23:8508000.

Art. 3.º Pertencem à Receita da mesma Santa Casa as seguintes rendas.

1.º Juros dos capitais emprestados.
2.º Alugueis dos respectivos predios.
3.º Foros dos seus Terrenos e Terras.
4.º Rendimento do Cimiterio.
5.º Dito dos Sinos da Igreja.
6.º Dito das Loterias.
7.º Suprimentos pelos Cofres Provinciaes.
8.º Esmolas.
9.º Legados e Heranças que lhe forem deixados.
§ 10. Diariases das pessoas não indigentes que se curarem no Hospital Geral e dos lasaros.

§ 11. Producto dos leilões nos dias de Festa.


§ 13. Agio de moedas metalicas.


§ 15. Reposições e restituições de qualquer natureza.

§ 16. Alienação de quaisquer bens.

§ 17. Salados e sobras de sua Receita.

CAPITULO 3.º

DISPOSIÇÕES GERAIS.

Art. 4.º Os balanços, que annualmente devem ser apresentados á Assembleia Legislativa Provincial, serão organizados pela mesma ordem e conforme os mesmos Artigos, Titulos, e §§ que contiver a Lei de fixação das despesas do anno respectivo declarando-se, quando a somma despendida exceder á votada, a auctorisatâo legal que para isso houve.

Art. 5.º Os Orçamentos, que igualmente deverão ser formados na forma do art. antecedente, regulando-se pela ultima Lei de fixação, serão acompanhados das seguintes Tabellas.

1.ª Da divida activa da Santa Casa com declaração dos devedores, seus fiadores, e hypothecas, quantias que devem, prazos dos vencimentos, juros que pagão, origem da divida, e estado da sua cobrança.

2.ª Da divida passiva, na qual se fará menção dos nomes dos credores, das quantias que se lhes deverem, vencimento e origem das divididas.

3.ª De todos os proprios da Santa Casa, seus valores por estimativa, estados dos mesmos, concertos e reparos, de que necessitão com o orçamento da respectiva despesa, e declaração dos que tiverem entrado de novo no domínio da Santa Casa, e dos que forão alienados.
4.º De todos os Empregados da Santa Casa com declaração de seus nomes, datas de suas nomeações, ordenados e gratificações, que perceberem.

Art. 6.º A Mesa da Santa Casa fará quanto for possível para cobrar suas dívidas vencidas, ou que se forem vencendo, para igualmente satisfazer quanto antes seus débitos.

Art. 7.º A referida Mesa não poderá emprestar seus capitais senão à juros de dose por cento ao anno com hipotecas especiais de bens de raiz n’esta Cidade, e dous fiadores abonados, passando-se logo letras aceitas pelos devedores, sacadas e endossadas pelos fiadores, a pagar nos prazos dos contractos, as quaes serão consideradas como letras do commercio para todos os seus efeitos, e vencida uma e não paga se considerarão as outras relativas ao mesmo contracto como vencidas para se proceder logo a cobrança de todas.

Art. 8.º Alem das despesas determinadas por Lei relativa ao Estabelecimento da Santa Casa, nem uma outra será feita pela respectiva Mesa sob pena de ficarem responsáveis por ella os que a determinarem, salvo em caso urgente, ou de summa utilidade do Estabelecimento, em que sobre proposta motivada da mesma Meza poderá o Presidente da Provincia, se assim o julgar conveniente auctorízal-a.

Art. 9.º Nem uma alienação de bens de raiz da Santa Casa permitidas pelas Leis em vigor poderá ser feita sem aprovação do Presidente da Provincia manifestada na proposta motivada, que lhe for dirigida pela Meza em virtude de deliberação tomada na forma do compromisso da mesma Santa Casa.

Art. 10. Se em algum dos títulos de despesa especificada for diminuta a quantia fixada, e em outro título houver sobra na quantia arbitrada, a Mesa da Santa Casa poderá por deliberação tomada na forma do compromisso suprir a falta com a sobra, tendo sempre a maior circunspeção no uso d’esta permissão.

Art. 11. Fica aprovado, e em vigor desde já co-
mo disposição permanente o Compromisso da Santa Casa da Mizericordia d’esta Cidade, que com a presente Lei baixa assignado pela Mesa da Assemblea Legislativa Provincial.

Art. 12. As disposições da presente Lei, que em nada vedão as economias, que a Meza da Santa Casa possa fazer sobre qualquer redução do numero de seus Empregados e serventes, nos ordenados, gratificações e rações dos mesmos, ficão aplicadas igualmente ao corrente anno financeiro.

Art. 13. Ficão revogadas as Leis e mais disposições em contrario.

Mando por tanto a todas as authoridades a quem o conhecimento, e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão, e fação cumprir tão inteiramente como n’ella se contem.—O Secretario d’esta Provincia a faça imprimir, publicar, e correr.—Palacio do Governo do Maranhão em seis de Outubro de mil oitocentos quarenta e um, vigesimo da Independencia e do Imperio.

João Antonio de Miranda.

Estava o Sello.

Carta de Lei pela qual V. Ex. manda executar o Decreto da Assemblea Legislativa Provisonal, fazendo a Despesa, e Orçando a Receita da Santa Casa da Mizericordia d’esta Cidade para o anno financeiro de 1842 a 1843 na forma acima declarada.

Para Vossa Excellencia ver.

José Candido Vieira a fez.

Sellada e publicada na Secretaria do Governo do Maranhão em 6 de Outubro de 1841.

Gregorio de Tavares Ozorio Maciel da Costa.

Marcolino Severiano da Silva.

LEI N.º 126 — DE 7 DE OUTUBRO DE 1841.

João Antonio de Miranda, Presidente da Província do Maranhão, Faço saber a todos os seus habitantes, que a Assembleia Legislativa Provincial Decretou a seguinte Lei Municipal.

Art. único. Ficão approvadas as contas da Receita e Despesa da Câmara Municipal d'esta Cidade dos dois annos do 4.º de Outubro de 1835 a 30 de Setembro de 1837, importando a Receita em vinte sete contos duzentos trinta e dous mil setecentos setenta e cinco reis, inclusos dous contos duzentos trinta e dous mil setecentos setenta e cinco reis de saldo do anno antecedente; a Despesa em viate sete contos cinco mil trezentos e oitenta e seis reis, e o saldo para o anno seguinte em setenta e cinco mil setecentos setenta e um reis.

Mando por tanto a todas as authoridades a quem o conhecimento, e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão, e fação cumprir tão inteiramente como nella se contem.—O Secretario desta Província a faça imprimir, publicar, e correr.—Palacio do Governo do Maranhão em sete de Outubro de mil oitocentos quarenta e um, vigesimo da Independencia e do Império.

Estava o Sello.

João Antonio de Miranda.

Carta de Lei pela qual V. Ex. manda executar o Decreto da Assembleia Legislativa Provincial, apro-
Para Vossa Excelência ver.
José Candido Vieira a fez.

Sellada e publicada na Secretaria do Governo do Maranhão em 7 de Outubro de 1841.

Gregório de Tavares Ozório Maciel da Costa.


Marcolino Severiano da Silva.

LEI N.º 127 — DE 7 DE OUTUBRO DE 1841.

João Antonio de Miranda, Presidente da Província do Maranhão, Faço saber a todos os seus habitantes, que a Assembleia Legislativa Provincial Decretou a seguinte Lei Municipal.

Art. 1.º Os Fiscaes do Municipio de Vianna perceberão a metade das mulctas impostas por infracções de posturas, e que forem arrecadadas, por efeito de sua vigilância, e actividade: esta metade porem sômente poderão receber depois que as mulctas forem recolhidas ao cofre da Municipalidade.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrário.

Mando por tanto a todas as auctoridades, a quem o conhecimento, e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão, e façaõ cumprir tão inteiramente como
nella se contem.—O Secretario d’esta Província a faça imprimir, publicar, e correr.—Palacio do Governo do Maranhão em sete de Outubro de mil oitocentos quaranta e um, vigésimo da Independencia e do Imperio.

**João Antonio de Miranda.**

Estava o Sello.

**Carta de Lei pela qual V. Ex. manda executar o Decreto da Assembleia Legislativa Provincial, ordenando que os Fiscaes do Município de Vianna percebam metade das multas impostas, por infracção de posturas, e que forem arrecadadas pôr efeito de sua vigilancia, e actividade, na forma acima declarada,**

Para Vossa Excellencia ver.

**José Candido Vieira a fez.**

Sellada e publicada na Secretaria do Governo do Maranhão em 7 de Outubro de 1841.

**Gregorio de Tavares Ozorio Maciel da Costa.**


**Marcolino Severiano da Silva.**

---

**LEI N.º 128 — DE 7 DE OUTUBRO DE 1841.**

João Antonio de Miranda, Presidente da Província do Maranhão, Faço saber a todos os seus habitantes que a Assemblea Legislativa Provincial Decretou a seguinte Lei Municipal.

Art. 4.º Ficão approvadas as contas da Receita
e Despesa da Câmara Municipal da Villa de Guimarães desde o 1.º de Outubro de 1835 até o ultimo de Setembro de 1837, importando a Receita em dous contos cento e vinte seis mil seiscentos e vinte reis, a Despesa em um conto cento e oitenta e oito mil novecentos e sessenta e e quatro reis, e o saldo para o seguinte anno em novecentos trinta e sete mil seiscentos e cinquenta e seis reis.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrário.

Mando por tanto a todas as autoridades a quem o conhecimento, e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão, e fação cumprir tão inteiramente como nella se contem. — O Secretario desta Provincia a faça imprimir, publicar, e correr. — Palacio do Governo do Maranhão em sete de Outubro de mil oitocentos quarenta e um, vigesimo da Independencia e do Imperio.

JOÃO ANTONIO DE MIRANDA.

Estava o Sello.

Carta de Lei pela qual V. Ex. manda executar o Decreto da Assemblea Legislativa Provincial, approvando as contas da Câmara Municipal de Guimarães desde o 1.º de Outubro de 1835 até o ultimo de Setembro de 1837, na forma acima declarada.

Para Vossa Excellencia ver.

José Candido Vieira a fez.

Sellada e publicada na Secretaria do Governo do Maranhão em 7 de Outubro de 1841.

Gregorio de Tavares Ozorio Maciel da Costa.

LEI N.º 129.—DE 8 DE OUTUBRO DE 1841.

João Antonio de Miranda, Presidente da Província do Maranhão. Faço saber a todos os seus habitantes, que a Assemblea Legislativa Provincial Decretou a seguinte Lei Municipal.

Art. único. Ficão approvadas as contas da Receita e Despesa da Câmara Municipal da Cidade de Alcantara d’esta Província do anno do 1.º de Outubro de 1836 a 30 de Setembro de 1837, importando a Receita em novecentos quarenta mil quatrocentos noventa e dous reis, incluídos cento trinta e dous mil trezentos noventa e oito reis de saldo do anno antecedente; a Despesa em setecentos cinquenta e seis mil sessenta e oito reis, e o saldo para o anno seguinte em cento oitenta e quatro mil quatrocentos e vinte quatro reis.

Mando por tanto a todas as autoridades a quem o conhecimento, e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão, e fação cumprir tão inteiramente como n’ella se contêm. —O Secretario d’esta Província a faça imprimir, publicar, e correr.—Palacio do Governo do Maranhão em oito de Outubro de mil oitocentos quarenta e um, vigesimo da Independencia e do Imperio.

João Antonio de Miranda.

Estava o Sello.

Carta de Lei pela qual V. Ex. manda executar o Decreto da Assemblea Legislativa Provincial, apro- vando as contas da Câmara Municipal da Cidade de Al- cantara do anno do 1.º de Outubro de 1836 a 30 de Setembro de 1837, na forma acima declarada.

Para Vossa Excellencia ver.

José Candido Vieira a fez.

Sellada e publicada na Secretaria do Governo do Maranhão em 8 de Outubro de 1841.

Gregorio de Tavares Ozorio Maçiel da Costa.
Registada a fl. 139 v. do Livro 1.º de Leis e Resoluções da Assembléia Legislativa Provincial. Secretaria do Governo do Maranhão 8 de Outubro de 1844.
Marcolino Severiano da Silva.

---

LEI N.º 130 — DE 9 DE OUTUBRO DE 1844.

João Antonio de Miranda, Presidente da Província do Maranhão, Faço saber a todos os seus habitantes, que a Assembleia Legislativa Provincial Decretou a seguinte Lei Municipal.

Art. 1.º Fica absolutamente proibido abrir covões nas estradas públicas do Município da Villa de Viana, bem como fazer escavações para tirar terra, ou pedra sem licença da Câmara nas terras do seu Município em geral, e com especialidade na parte do campo à beira lago pertencente à mesma Câmara, que fica entre Tersaquam, e a ensiada do Vinagre; pena de quinze mil reis de multa, além da despesa necessária para serem entulhados os covões ou escavações.

Art. 2.º Os que possuírem poços dentro dos limites da referida Villa, e nos lugares designados no art. antecedente, os conservarão cercados; pena de trinta mil reis, e o duplo nas reincidentes, passados quarenta dias da publicação da presente.

Art. 3.º Ficão revogadas as disposições em contrário.

Mando por tanto a todas as autoridades a quem o conhecimento, e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão, e façõ cumprir tão inteiramente como nella se contem — O Secretario desta Província a faça imprimir, publicar, e correr. — Palácio do Governo do Maranhão em nove de Outubro de mil oitocentos quarenta e um, vigésimo da Independência e do Império.

Estava o Sello.

João Antonio de Miranda.
Carta de Lei pela qual V. Ex. manda executar o Decreto da Assemblea Legislativa Provincial, prohibindo que se façam escavações nas estradas do Munícipio de Viana, e dando outras providencias à bem do mesmo, como ácima se declara.

Para Vossa Excellencia ver.

José Candido Vieira a fez.

Sellada, e publicada na Secretaria do Governo do Maranhão em 9 de Outubro de 1841.

Gregorio de Tavares Ozorio Maciel da Costa.


Marcolino Severiano da Silva.

---

LEI N.º 131 — DE 9 DE OUTUBRO DE 1841.

João Antonio de Miranda, Presidente da Provincia do Maranhão, Faço saber a todos os seus habitantes, que a Assemblea Legislativa Provincial Decretou a seguinte Lei Municipal.

Art. 4. Ficão approvadas as contas de Receita e Despeza da Camara Municipal da Cidade de Alcantara, pertencentes ao anno financeiro que decorre do 1.º de Outubro de 1837, a 30 de Setembro de 1838; importando a Receita em reis 4:6758778, a Despeza em reis 3:9958637, o saldo para o seguinte anno em reis 6828141. E bem assim a dos dinheiros do dito anno recebidos dos cofres Provinciais, importando a Re-
ceita em reis 9:796$510, a Despesa em reis 4:312$370, e o saldo em reis 5:484$140.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrário.

Mando por tanto a todas as authoridades, a quem o conhecimento, e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão, e fação cumprir tão inteiramente como nella se contém.—O Secretario desta Provincia a faça imprimir, publicar, e correr.—Palacio do Governo do Maranhão em nove de Outubro de mil oitocentos quarenta e um, vigesimo da Independencia e do Imperio.

JOÃO ANTONIO DE MIRANDA.

Estava o Sello.

Carta de Lei pela qual V. Ex. manda executar o Decreto da Assemblea Legislativa Provincial, aprovando as contas da Camara da Cidade de Aleantara, pertencentes ao anno financeiro do 1.º de Outubro de 1837 a 30 de Setembro de 1838, na forma acima declarada.

Para Vossa Excellencia ver.

Joeze Candido Vieira á fez.

Sellada, e publicada na Secretaria do Governo do Maranhão em 9 de Outubro de 1841.

Gregorio de Tavares Ozorio Maciel da Costa.


Marcolino Severiano da Silva.
LEI N.º 132 — DE 11 DE OUTUBRO DE 1841.

João Antonio de Miranda, Presidente da Província do Maranhão, Faço saber a todos os seus habitantes, que a Assemblea Legislativa Provincial Decretou a seguinte Lei Municipal.

Art. único. Ficão approvadas as contas da Receita e Despesa da Câmara Municipal da Villa do Paço desta Província dos dois annos do 1.º de Outubro de 1835 a 30 de Setembro de 1837, importando a Receita, inclusos 558121 reis de saldo do anno antecedente na quantia de trezentos oitenta e dous mil novecentos e um reis; a Despesa na de trezentos cincoenta mil novecentos e quarenta e quatro reis; e o saldo para o seguinte anno na de trinta e um mil novecentos e cincoenta e sete reis.

Mando por tanto a todas as auctoridades, a quem o conhecimento, e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão, e faça o cumprir tão inteiramente como n'elle se contem.—O Secretario d'esta Província a faça imprimir, publicar, e correr.—Palacio do Governo do Maranhão em onze de Outubro de mil oitocentos quarenta e um, vigesimo da Independencia e do Imperio.

JOÃO ANTONIO DE MIRANDA.

Estava o Sello.

Carta de Lei pela qual V. Ex. manda executar o Decreto da Assemblea Legislativa Provincial, approvando as contas da Câmara Municipal da Villa do Paço dos dois annos do 1.º de Outubro de 1835 a 30 de Setembro de 1837, na forma acima declarada.

Para Vossa Excellencia ver.

José Candido Vieira a fez.
Sellada e publicada na Secretaria do Governo do Maranhão em 11 de Outubro de 1841.

Gregorio de Tavares Ozorio Maciel da Costa.


Marcolino Severiano da Silva.

LEI N.º 133—DE 11 DE OUTUBRO DE 1841.

João Antonio de Miranda, Presidente da Provincia do Maranhão, Faço saber a todos os seus habitantes, que a Assemblea Legislativa Provincial, sobre proposta da Camara da Villa de Viana, Decretou a seguinte Lei Municipal.

Art. 1.º A taxa das aferições dos pesos, e medidas, e a da sua revisão annua!, ficão elevadas á metade mais do que, conforme o Regimento das aferições, actualmente se paga.

Art. 2.º Pela licença para matar, e esquartejar reses fora dos matadouros publicos para negocio, pagar-se-á o imposto Municipal de dous mil reis por cada semestre.

Art. 3.º Os que matarem rezes para vender ao publico n'este municipio pagará o por cada uma no acto de as matar o imposto Municipal de trezentos e vinte reis.

Art. 4.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Mando por tanto a todas as autoridades a quem o conhecimento, e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão, e façao cumprir tão inteiramente como nella se contem,—O Secretario desta Provincia a fa-
Carta de Lei pela qual V. Ex. manda executar o Decreto da Assemblea Legislativa Provincial, marcando varios impostos no Municipio de Viana, na forma acima declarada.

Para Vossa Excellencia ver.

Joze Candido Vieira a fez.

Sellada, e publicada na Secretaria do Governo do Maranhão em 11 de Outubro de 1841.

Gregorio de Tavares Ozorio Maciel da Costa.


Marcolino Severiano da Silva.

—

LEI N.º 134 — DE 12 DE OUTUBRO DE 1841.

João Antonio de Miranda, Presidente da Provincia do Maranhão, Faço saber a todos os seus habitantes, que a Assemblea Legislativa Provincial, sobre proposta da Camara Municipal da Villa de Guimarães, Decretou a seguinte Lei Municipal.

Art. 1.º Por licença para curral de pesca, ou
cambôa nas praias, e apicuns d'este Município se pagará annualmente o imposto de mil reis, e 0 de dous mil por salina.

Art. 2.º Por licença para cada Loja, ou Tenda de Offícios mecânicos pagar-se-ha annualmente o imposto de dous mil reis, que divididos, poderão ser arrecadados em semestres.

Art. 3.º Por licença para cada Loja, Armasem, ou Quitanda mercantil, pagar-se-ha annualmente o imposto de dous mil reis, e de dose mil e oitocentos reis para mascatear, ou vender n'este Município, que poderão ser divididos por semestres.

Art. 4.º A gratificação concedida ao Procurador da Câmara pela Lei do 4.º de Outubro de 1828 artigo 81, poderá ser elevada até dez por cento.

Art. 5.º Os Fiscaes, que denunciarem a infracção das Posturas, cujas multas se arrecadarem perceberão metade d'ellas.

Art. 6.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Mando por tanto a todas as authoridades, a quem o conhecimento, e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão, e façam cumprir tão inteiramente como nelle se contem.—O Secretario desta Provincia a faça imprimir, publicar, e correr.—Palacio do Governo do Maranhão em dose de Outubro de mil oitocentos quarenta e um, vigesimo da Independencia e do Imperio.

João Antonio de Miranda,

Estava o Sello.

Carta de Lei pela qual V. Ex. manda executar o Decreto da Assemblea Legislativa Provincial, marcando certos impostos no Município de Guimaraes, na forma acima declarada.

Para Vossa Excellencia ver.

José Candido Vieira a fez.
Sellada e publicada na Secretaria do Governo do Maranhão em 12 de Outubro de 1841.

Gregorio de Tavares Ozorio Maciel da Costa.


Marcolino Severiano da Silva.

---

LEI N.º 135 — DE 12 DE OUTUBRO DE 1841.

João Antonio de Miranda, Presidente da Província do Maranhão, Faço saber a todos os seus habitantes, que a Assembleia Legislativa Provincial Decretou a seguinte Lei Municipal.

Art. único. E’ auctorisada a Camara Municipal para poder aforar, com as cautelas prescriptas no artigo 43 da Carta de Lei do 1.º de Outubro de 1828, e sem prejuízo de terceiro um terreno devoluto na passagem denominada—Ápicum do Mamoin—entre os sitios de Verissimo dos Santos Caldas, Antonio Correia d’Aguiar, e Honorio José Teixeira, ficando livre com o leito de oito braças, para uso publico o Igarapé da Camboa do Mato, que corre pelos fundos do sitio do dito Aguiar até encontrar a direcção da rua do Mamoin.

Mando por tanto a todas as authoridades a quem o conhecimento, e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão, e fação cumprir tão inteiramente como n’ella se contem.—O Secretario d’esta Província a faça imprimir, publicar, e correr.—Palacio do Governo do Maranhão em dose de Outubro de mil oitocentos quarenta e um, vigesimo da Independencia e do Imperio.

Estava o Sello.

JOÃO ANTONIO DE MIRANDA.
Carta de Lei pela qual V. Ex. manda executar o Decreto da Assemblea Legislativa Provincial, autori- risando a Câmara Municipal d'esta Capital a aforrar um terreno devoluto na paragem—Apicum do Manoim—, na forma acima declarada.

Para Vossa Excelência ver.

José Candido Vieira a fez.

Sellada e publicada na Secretaria do Governo do Maranhão em 12 de Outubro de 1841,

Gregorio de Tavares Ozorio Maciel da Costa,

Registada a fl. 143 do Livro 1.º de Leis e Resoluções da Assemblea Legislativa Provincial. Secretaria do Governo do Maranhão 12 de Outubro de 1841,

Marcolino Severiano da Silva.

LEI N.º 136—DE 12 DE OUTUBRO DE 1841.

João Antonio de Miranda, Presidente da Provincia do Maranhão, Faço saber a todos os seus habitantes que a Assemblea Legislativa Provincial Decretou a seguinte Lei Municipal.

Art. único. Ficão approvadas as contas da Receita e Despesa da Câmara Municipal da Villa de Guima- rães d'esta Provincia do 1.º de Outubro de 1837 a 30 de Setembro de 1838 importando a Receita em reis um conto novecentos cincoenta mil trezentos sessenta e oito, incluídos novecentos trinta e sete mil seiscentos cincoenta e seis reis de saldo do anno antecedente, a Despesa em reis setecentos noventa e dois mil quatrecentos cincoenta e um, ficando o saldo a favor da mesma
Camara em um conto setenta e quatro mil novecentos e quinze reis.

Mando por tanto a todas as auctoridades, a quem o conhecimento, e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão, e façan cumprir tão inteiramente como n'elle se contem.—O Secretario d'esta Provincia a faça imprimir, publicar, e correr.—Palacio do Governo do Maranhão em dose de Outubro de mil oitocentos quarenta e um, vigesimo da Independencia e do Imperio.

JOÃO ANTONIO DE MIRANDA.

Estava o Sello.

Carta de Lei pela qual V. Ex. manda executar o Decreto da Assemblea Legislativa Provincial, aprovaas das contas da Camara Municipal da Villa de Guimarães do 1.º de Outubro de 1837 a 30 de Setembro de 1838, na forma acima declarada.

Para Vossa Excellencia ver,

José Candido Vieira a fez.

Sellada, e publicada na Secretaria do Governo do Maranhão em 12 de Outubro de 1841.

Gregorio de Tavares Ozorio Maciel da Costa.


Marcolino Severiano da Silva,
LEI N.º 137—DE 14 DE OUTUBRO DE 1841.

João Antonio de Miranda, Presidente da Província do Maranhão, Faço saber a todos os seus habitantes, que a Assemblea Legislativa Provincial Decretou a seguinte Lei Municipal.

Art. único. Ficão approvadas as contas da Câmara Municipal de Vianã desde o 1.º de Outubro de 1837 até o ultimo de Setembro de 1838, importando a Despesa em reis quatrocentos e sessenta mil seiscentos e seis, a Receita verificada em reis quatrocentos setenta e um mil trezentos e doze, e o saldo a favor da mesma Câmara em dez mil setecentos e seis reis.

Mando por tanto a todas as autoridades a quem o conhecimento, e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão, e fação cumprír tão inteiramente como nella se contem.—O Secretario desta Província a faça imprimir, publicar, e correr.—Palacio do Governo do Maranhão em quatorze de Outubro de mil oitocentos quarenta e um, vigesimo da Independencia e do Imperio.

Estava o Sello.

João Antonio de Miranda.

Carta de Lei pela qual V. Ex. manda executar o Decreto da Assemblea Legislativa Provincial, approvando as contas do Câmara Municipal de Vianã do 1.º de Outubro de 1837 até o ultimo de Septembro de 1838, como acima se declara.

Para Vossa Excellencia ver.

José Candido Vieira a fez.

Sellada e publicada na Secretaria do Governo do Maranhão em 14 de Outubro de 1841.

Gregorio de Tavares Ozorio Maciel da Costa.

Marcolino Severiano da Silva.


João Antonio de Miranda, Presidente da Província do Maranhão, Faço saber a todos os seus habitantes, que a Assembleia Legislativa Provincial, sobre proposta da Câmara da Villa de Guimarães, Decretou a seguinte Lei Municipal.

Art. 1.º N’esta Villa e Povoações do Termo, ninguém poderá edificar muro ou casa, que confine com rua ou estrada publica, sem licença da Câmara, e arrumação do terreno, pena de ser demolida a parte do edifício, que estiver fora do alinhamento, a que em tal caso se deve proceder.

A arrumação será feita pelo Juízo competente com assistência do Fiscal da Câmara, e os autos serão entregues á parte independente de traslado.

Art. 2.º A excepção das ruas que ora existem, e tiverem mais de quatro braças de largo nenhum outra poderá continuar com menos de quarenta palmos, e o mesmo se entenderá a respeito das travessas, e becos, que se houverem de abrir, as quais travessas nunca terão menos de trez braças, pena de ser tudo reduzido á forma estabelecida na presente Postura, á custo do Fiscal que tiver assistido á arrumação.

Art. 3.º Os inquilinos, e na falta, os proprietários de casas, e chãos, que nesta Villa existirem murados, ou possuídos por alguém, são obrigados á limpar mensalmente suas testadas, pena de quinhentos reis e de se fazer a limpesa á sua custa.

Art. 4.º Os que n’esta Villa possuírem chãos são
também obrigados a limpar-os de trez em trez meses, pena de trez mil reis.

Art. 5.º Ninguem poderá edificar casas, roçar, ou introduzir gado na terra, e ilhas do patrimônio da Câmara, sem licença d'ella, pena de trinta mil reis, e de cinco por qualquer outra usuruação não especificada neste artigo.

Art. 6.º Os ebrios que se encontrarem pelas ruas d'esta Villa e Povoações do seu Termo, sofrerão a pena de dous mil reis e trez dias de prisão.

Art. 7.º Ninguem consentirá n'esta Villa, e Povoações do termo que seus caens divaguem pelas ruas sem serem açamados, pena de mil reis, que se duplicará na reincidentia: os cães que derem demonstrações de damnados poderão ser mortos por quem os encontrar.

Art. 8.º Fora dos logares designados pelo Fiscal ninguem soltará foguetes, ou outro qualquer fogo artificial, que possa ocasionar incêndios, pena de cinco mil reis.

Art. 9.º Os que percorrendo as ruas fisserem vo-serias em horas de silêncio incorrerão na pena de dous mil reis cada um, que se duplicará na reincidentia.

Art. 10. Os que por palavras ou acções obscenas ofenderem a moral publica, e disso forem convencidos, incorrerão na pena de dous mil reis, que se duplicará na reincidentia.

Art. 11. Ninguem poderá n'esta Villa ter porcos soltos, pena de mil reis por cada um, e o duplo na reincidentia.

Art. 12. Fora dos campos e praias de criar, ní-niguem poderá trazer sem pastor gado algum que pos-sa causar detrimento á agricultura, pena de cinco mil rs. pelo gado que se apanhar dentro das plantações, ou se verificar que entrarão n'ellas.

Art. 13. Os que lavrarem, ou fizerem quaesquer plantações até a distancia de cem braças das estradas, ou caminhos publicos e de quinhentas das situações praia e campos de criar, serão obrigados a cercar as suas roças.
com estácas de boa qualidade de trez em trez palmos, e cinco varas grossas até a altura de oito palmos, ou com tecumãs de varas mais finas, com tanto que corresponda à mesma altura; pena de não poder ser imposta ao proprietário do gado, que destruir tais roças a multa do artigo antecedente.


Art. 15. Nem um official mechanico poderá abrir loja, ou pôr tenda publica, sem licença da Camara, pena de dous mil reis.

Art. 16. Nem um proprietário de loja, armazem, quitanda, ou mascate, poderá vender géneros, que não sejam de sua produção sem licença da Camara, pena de vinte mil reis.

Art. 17. Ninguem n'esta Villa, e seu termo fará armadilhas de fogo, e fojos, ou outro qualquer invento, que possa prejudicar os viandantes, ou animaes domesticos, pena de vinte mil reis, que se duplicará na reincidencia.

Art. 18. Os que curão de feitiço, a que o vulgo dá o título de Pagés incorrerão na pena de cinco mil rs.

Art. 19. A excepção dos jogos de vasa, bilhar, tabolas, todos os outros são absolutamente prohibidos, e quem os jogar em casa publica tem a pena de cinco mil reis.

Art. 20. Os proprietários de terras serão obrigados de Julho á Setembro chamar os inquilinos, ou rendeiros, e fazer com elles n'estes mezes reparo, e limpeza das estradas, e caminhos publicos, que lhe correspondem, pena de dez mil reis ao proprietário, que o não cumprir, de cinco mil reis a cada um dos rendeiros, que se não prestarem aquelle serviço, e o duplo na reincidencia.

Art. 21. Nas estradas, e caminhos publicos, somente se permittem cancellas de batter e não cercas ou porteiras, pena de cinco mil rs. e o duplo na reincidencia.

Art. 22. Ninguem poderá matar ou esquartejar
rezes para negócio em outra parte ou logar, que não se- jão os autorizados pela Câmara, pena de cinco mil reis, que se duplicará na reincidentia.

Art. 23. Ninguem venderá carne verde em logar occulto, e nem de rez que tiver morrido antes de san- grada nos matadouros publicos, pena de cinco mil reis, que se duplicará na reincidentia.

Art. 24. Ninguem lançará nos rios, igarapés, ou lagos, a raiz denominada—timbó—ou outra qualquer substancia venenosa, pena de vinte mil reis, que se dupli- cará na reincidentia.

Art. 25. Os que não tiverem limpas de azinha- vre as balanças, ou venderem liquidos em vazilhas que não sejão de fladus, ferro, ou pão. pagarão a multa de cinquenta mil reis, que se duplicará na reincidentia.


Art. 27. Ninguem venderá por balanças, pesos, ou medidas, que não forem asferidas pelo padrão da Câmara, e annualmente revistas pelo aferidor, pena quando exacta de dous mil reis, e quando inexacta de sete mil e quinhentos reis.


Art. 29. Ficão revogadas as disposições em contrario. Mando por tanto a todas as authoridades a quem o conhecimento, e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão, e faço cumprir tão inteiramente como n'elle se contem.—O Secretario d'esta Provincia a faça imprimir, publicar, e correr.—Palacio do Governo do Maranhão em quinze de Outubro de mil oitocen- tos quarenta e um, vigesimo da Independencia e do Imperio.

Estava o Sello,

Joaõ Antonio de Miranda.
Carta de Lei pela qual V. Ex. manda executar o Decreto da Assembleia Legislativa Provincial, marcando várias imposições peculiares ao Municipio de Guimarães, na forma acima declarada.

Para Vossa Excellencia ver.

José Candido Vieira a fez.

Sellada e publicada na Secretaria do Governo do Maranhão em 15 de Outubro de 1841.

Gregorio de Tavares Ozorio Maciel da Costa.

Registada a fl. 144 v. do Livro 4.º de Leis e Resoluções da Assembleia Legislativa Provincial, Secretaria do Governo do Maranhão 15 de Outubro de 1841.

Marcolino Severiano da Silva.

---

LEI N.º 139 — DE 16 DE OUTUBRO DE 1841.

João Antonio de Miranda, Presidente da Provincia do Maranhão, Faco saber a todos os seus habitantes, que a Assemblea Legislativa Provincial, sobre proposta da Camara da Villa de São Joze, Decretou a seguinte Lei Municipal.

Art. 1.º Nenhuma pessoa poderá edificar na villa de São Joze e seus suburbios, casas, ou muro, con-finando com as ruas, ou estradas publicas, sem licença da Camara, devendo proceder-se antes a uma vistoria, ou arrumação pelas Justiças Ordinarias com citação do Procurador da Camara para assignalar a linha de direcção, que o predio deve seguir; pena de ser demoli-da á custa do proprietario a parte do edificio, que
pela vistoria, à que se deve proceder, se achar fora da li-

nha de direcção, que deveria ter seguido, pagando

alem disto uma multa de seis mil reis.

Art. 2.º Os proprietários que quizerem edificar,

e não tenham outro algum espaço para recolher os

materiaes, e entulhos, se não nas ruas, os lançarão n’el-

las, com tanto que peça licença à Camara, que lha

concederá, ou negará por Despachos, sem emolumento

algum ao Secretario, devendo todavia ficar desemba-

raçada metade das larguras das ruas, e becos, se tan-

to bastar para a passagem dos viandantes, e carros;

pena de seis mil reis.

Art. 3.º Se o fabrico de qualquer edificio dei-

xar de continuar por espaço de um anno, e o pro-

prietario, finding este, não poder continuar, será obri-

gado a desembaraçar absolutamente a rua sendo para is-

so notificado, e assinando-lhe tempo suficiente em pro-

porção do que tiver a remover, e não o fazendo no

prazo assinado, terá a pena de dous mil reis, e pagará as

despezas; que se fizerem com o desembaraço da rua.

Art. 4.º Ninguem poderá levantar curraes dentro

da dita Villa, nem no circuito de cem braças, salvo

sendo para seu uso particular; os existentes serão demo-

lidos depois que a Camara tiver estabelecido curraes

proprios e capazes de receber toda a porção de gado pre-

ciso para o consumo; quem o contrario fizer paga-

rá dous mil reis de multa, e o curral será demolido á sua

custa.

Art. 5.º Todos os Empregados do Registo, e

curraes do Conselho, que vexarem, ou incomodarem

na matança do gado áos credores, ou á outras quaequer

pessoas, que custumão trazel-os ao matadouro, paga-

rão quatro mil reis de multa para as obras do Con-

selho, e na reincidencia oito mil reis.

Art. 6.º Qualquer pessoa que matar, e esquar-

tecer rezas sem ser nos matadouros publicos, e parti-

culares com licença da Camara será multada em dez

mil reis pela primeira vez, e nesta proporção pela rei-
evidência até o máximo, o que se entende só com as rezes mortas para negócio.

Art. 7.º Os que venderem carnes verdes em parte oculta serão multados pela primeira vez em vinte mil reis, e no caso de reincidência em quarenta mil reis.

Art. 8.º Todos os marchantes poderão recolher suas boiadas no curral do Conselho sem pagarem gratificação alguma; porém se forem destinadas para outras feiras da Província, sendo de dez cabeças até cem pagarão trezentos e vinte reis por noite, e de cem a cento e cinquenta, quatrocentos e oitenta reis, e d'ahi para cima em porporção.

Art. 9.º Os que tiverem loja aberta, quitanda, e outras casas de venda pública sem licença da Câmara, pagarão vinte mil reis, e na reincidência o duplo; na mesma pena incorre todo aquelle que vender em taboleiro sem tendo licença.

Art. 10. Ninguém poderá entrar na Villa, e nem andar pelas ruas della com armas ofensivas, que não são concedidas por Lei: os contraventores serão multados em dez mil reis e oito dias de prisão, e na reincidência em o duplo das ditas penas. Não tendo meios de pagar a multa pecuniaria será commutada em prisão a razão de dezen mil reis por dia.

Art. 11. Qualquer pessoa que lançar à rua água suja ou ainda limpa, seja a hora que for, de modo que prejudique os viandantes, pagará a multa de mil reis, e indemnizará à pessoa prejudicada do mal que lhe causou, lançando immundícia pagará seis mil reis por cada vez, e alimpará a testada da sua casa, indemnisando também a quem for prejudicado.

Art. 12. Não será permitido á pessoa alguma correrá cavallo à desfilada pelas ruas, pena de trez mil reis, sendo de dia, e de seis mil reis sendo de noite, pelo risco que corre o povo de ser atropelado, principalmente velhos e crianças; reparando além disso o dano que causar quando for reparável.

Art. 13. Os moradores e proprietários dos pre-
dios urbanos conservarão limpas as suas testadas, voltando-as todos os sabbados, e deitando as immundícias nos covões mais proximos á seus quarteirões; pena de trezentos e vinte reis, e de se fazer a limpeza á sua custa, o que se não entenderá com os donos das casas fechadas, senão da publicação desta Lei a trinta dias.

Art. 14. Todos os proprietarios de terrenos confinantes com as estradas publicas, comprehendidas no termo da sobredita Villa, são obrigados a terem praticaveis e limpas as mesmas conteudas no terreno, repartindo este trabalho com seu visinho confrontantes, havendo, um e outro devem ir de conformidade na limpeza da estrada, fazendo os necessarios desvios para as aguas, e recorrendo á Camara no caso de duvida: os contraventores pagaráo a multa de seis mil reis, e na falta de numerario terá ser esta commutada em duos dias de prisão, e quatro na reincidencia.

Art. 15. Os que andarem vendendo, ou vendersem em sua casa solidos ou liquidos por medidas que não forem aferidas pelo padrão da Camara, serão multados em tres mil reis: se conferidas as medidas com o padrão forem achadas inexactas serão condemnados em dez mil reis e cinco dias de prisão pela primeira vez, e nesta proporção até o maximo pela reincidencia.

Art. 16. He prohibido dar tiros, e deitar foguetes, ou fogo solto dentro da Villa, e seus suburbios sem licença da Camara ou do Juiz de Paz, pena de quatro mil reis, e não tendo com que pagar quatro dias de prisão.

Art. 17. Depois do toque de recolher são prohibidos os batuques dos negros dentro da Villa, o Juiz de Paz designará o logar para tais batuques.

Art. 18. Áo toque de recolher se fecharão todas as lojas, quitandas, e casas de bebidas, os contraventores pagaráo pela primeira vez trez mil reis, e na reincidencia o duplo, e trez dias de prisão.

Art. 19. As casas arruinadas, e muros, que ti-
verem saído da linha do prumo serão demolidos por seus proprietários no peremptorio termo de quinze dias, quando o edifício for pequeno, e no de trinta quando o edifício for grande, sob pena de desesseis mil reis, e de demolição judicial á custa do proprietário. O termo principiará a correr do dia, em que for intimada ao proprietário a Sentença, que julgar o edifício comprehendido nesta disposição, depois de procedidas as diligencias legaes; e a multa, e demolição terão lugar depois de lançado o termo e assinado o proprietário infractor, que será condenado na Sentença do julgamento da infracção á uma e outra pena, as quaes serão executadas, passada a Sentença em julgado.

Art. 20. He prohibido secar coiros verdes, e de salgadeiras nas ruas e praças, e só o farão no logar designado para a obra do açougue; pena de mil reis, e o duplo na reincidentia.

Art. 21. Os que lançarem áos rios, igarapés, ou lagos a raiz ou arbusto denominado—timbó—ou outro qualquer vegetal venenoso, que indistinctamente destrói o peixe grande e pequeno, pagará a multa de desesseis mil reis, e na reincidentia o duplo, e quinze dias de prizão.

Art. 22. Todos os que se julgarem com direito à posse de alguns terrenos, os farão limpar, alinar, e balizar dentro de um anno, contado da publicação desta Lei; pena de oito mil reis.

Art. 23. Os que venderem carne de rezes, que tiverem morrido antes de serem sangradas nos matadouros publicos, serão multados pela primeira vez em trinta mil reis, e oito dias de prisão, e na reincidentia em sessenta mil reis, e trinta dias de prizão, devendo a carne ser enterrada. Ficão sujeitos á esta pena não só os donos das rezes, como os Empregados dos Registos, e curraes, que nisto consentirem.

Art. 24. Sendo livre depois de mortas, e esguartejadas as rezes, vender seu dono a carne, onde lhe
convier, recommenda-se o conveniente accio nos talhos, cepos, e balanças; pena de doze mil reis.

Art. 25. Os que fizerem cercas e tapagens em ria-
chos, e igarapés correntes para impedir, ou reter o peixe, que em beneficio de todos se cria n’aquellas pa-
ragens será multado em oito mil reis: as cercas e ta-
pagens existentes serão demolidas em vinte dias depo-
is da publicação desta, e não sendo, o Fiscal da res-
pectiva Freguezia, as mandará desmanchar á custa dos donos.

Art. 26. Fica proibido o corte das arvores Bur-
ritis, e Buretiranas nos riachos e corregos, que suprrem a Villa, Povoação, e logares do Municipio da mesma Villa; pena de quinhentos reis por cada arvore, que for cortada, e na reincidencia o dobro, e seis dias de prisão.

Art. 27. E igualmente proibido o corte das ar-
vores Bacuri, Piqui, e Guabirabas no terreno da Ca-
marca, sem licença da mesma; pena de seis mil reis por cada arvore cortada, e o dobro na reincidencia.

Art. 28. Em conformidade com o determinado no art. 281 do Codigo Penal ficão absolutamente proibi-
bidos no Municipio da Villa todos os jogos de parar-
seão de cartas, dados, ou de outra qualquer nature-
za, inclusive as rífas; são permitidos porém na forma da
Lei todos os jogos de vasa, bilhar, e tabolas em tab-
leiros de ganão.

Art. 29. Fica proibido dentro da Villa e seus sub-
urbios o estabelecimento de curtumes, ou salgadeiras de coirós, excepto no logar, em que se acharem situa-
dos os curraes publicos; pena de vinte mil reis, e na
reincidencia o duplo.

Art. 30. Todos os estrangeiros residentes no Mu-
nicipio da Villa serão obrigados a apresentarem-se na
casa da Camara para ahi assignarem em livro compe-
tente perante o Secretario o seu nome, filiação, natu-
ralidade, e data de sua chegada, no prazo de trez
mezes para os que se achão residindo, actualmente no
Município contados do dia da publicação desta, os contraventores incorrerão na multa de trinta mil reis, e mais oito dias de prisão, se dentro de trez dias depois de intimados oficialmente para pagar a dita multa não concurrerem à casa da Câmara para o fim indicado; na mesma multa incorrerão todos os que tem, ou tiverem em sua casa estrangeiros de menor idade, e os não apresentarem em casa da Câmara nos tempos acima declarados ao Secretario, que deverá lançar no Livro competente as notas exigidas, as quais serão assinadas por elle, pelo estrangeiro menor, sabendo escrever, e por aquelle que o apresentar.

Art. 31. Ninguem poderá roçar nas margens do riacho da Villa, se não em distancia de dez braças, e nas cabeceiras fica absolutamente proibido roçar por ser este riacho o unico, que supre a mesma Villa de agua: os contraventores incorrerão nas penas de trinta mil reis, e oito dias de prisão, e o duplo na reincidência.

Art. 32. Removida a estrada, que passa pelo meio da Villa, ficará proibido por esta a passagem das boiadas, sob pena de desesseis mil reis.

Art. 33. E' proibido, que na extenção de toda a Villa bebão, e passem pelo Riachão, que a atravessa, cavallos, bois, ou quaisesquer outros animaes, sob pena de dous mil reis pagos pelos proprietarios.

Art. 34. Ficão revogadas as disposições em contrario.

Mando por tanto a todas as autoridades, a quem o conhecimento, e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão, e fação cumprir tão inteiramente como nella se contem.—O Secretario desta Provincia a faç'a imprimir, publicar, e correr.—Palacio do Governo do Maranhão em desesseis de Outubro de mil oitocentos quarenta e um, vigesimo da Independencia e do Imperio.

JOÃO ANTÔNIO DE MIRANDA.

Estava o Sello.
Carta de Lei pela qual V. Ex. manda executar o Decreto da Assembleia Legislativa Provincial, marcando certos impostos no Município de São João, na forma acima declarada.

Para Vossa Excellencia ver.

Augusto Cezar dos Reis Ruiol a fez.

Sellada, e publicada na Secretaria do Governo do Maranhão em 16 de Outubro de 1841.

Gregorio de Tavares Ozorio Maciel da Costa.

Registada a fl. 147 do Livro 1.º de Leis e Resoluções da Assembleia Legislativa Provincial. Secretaria do Governo do Maranhão 16 de Outubro de 1841.

Marcolino Severiano da Silva.

---

LEI N.º 140 — DE 18 DE OUTUBRO DE 1841.

João Antonio de Miranda, Presidente da Província do Maranhão, Faço saber a todos os seus habitantes, que a Assembleia Legislativa Provincial Decretou a seguinte Lei Municipal.

Art. 1.º Ficão approvadas as contas de Receita e Despesa das Camaras Municipaes abaixo declaradas.

§ 1.º Da Camara da Villa do Paço de Lumiar do 1.º de Julho de 1838 a 30 de Junho de 1839, importando a Receita, incluídos Rs. 108304 de saldo do anno antecedente, em Rs. 1738424, a Despesa em Rs. 1718734, e o saldo que passou para o anno seguinte em Rs. 48690.

§ 2.º Da referida Camara do 4.º de Julho de 1839 a 30 de Junho de 1840, importando a Receita,
inclusive o saldo do anno antecedente em Rs. 161§135, a Despesa em Rs. 160§630, e o saldo para o anno seguinte em Rs. 505.

§ 3. Da Camara da Villa de Guimarães do 1.º de Outubro de 1839 a 30 de Setembro de 1840, sendo a sua Receita, inclusive o saldo do anno antecedente em Rs. 1:837§335, a Despesa em Rs. 1:604§989, e o saldo para o anno seguinte em Rs. 232§346.

§ 4. Da Camara da Villa de Viana do 1.º de Outubro de 1839 a 30 de Setembro de 1840, importando a Receita Rs. 735§360, a Despesa Rs. 624§781, e o saldo para o anno seguinte Rs. 9§539.

§ 5. Da Camara da Villa do Mearim do 1.º de Outubro de 1838 a 30 de Setembro de 1839, somnando a Receita, inclusive Rs. 176§702 de saldo do anno antecedente, Rs. 371§702, a Despesa Rs. 84§040, e o saldo para o anno seguinte Rs. 287§662.

§ 6. Da mesma Camara do Mearim do 1.º de Outubro de 1839 a 30 de Setembro de 1840, importando a Receita em Rs. 287§662, a Despesa em Rs. 80§341, e o saldo para o anno seguinte em Rs. 207§321.

§ 7. Da Camara da Cidade de Alcantara do 1.º de Outubro de 1839 a 30 de Junho de 1840, importando a Receita inclusive Rs. 308§403 de saldo do anno antecedente em Rs. 1:411§713, a Despesa em Rs. 745§091 e o saldo para o anno seguinte em Rs. 366§622.

Art. 2.º São revogadas as disposições em contrario.

Mando por tanto a todas as autoridades a quem o conhecimento, e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão, e fação cumprir tão inteiramente como n’ella se contem. — O Secretario d’esta Provincia a faça imprimir, publicar, e correr. — Palacio do Governo do Maranhão em desoito de Outubro de mil oitocento quarenta e um, vigesimo da Independencia e do Imperio.

Estava o Sello.

Joaõ Antonio de Miranda.
Carta de Lei pela qual V. Ex. manda executar o Decreto da Assembleia Legislativa Provincial, approvando as contas de varias Camaras da Provincia, na forma acima declarada.

Para Vossa Excellencia ver.

José Candido Vieira a fez.

Sellada e publicada na Secretaria do Governo do Maranhão em 18 de Outubro de 1841.

Gregorio de Tavares Ozorio Maciel da Costa,


Marcolino Severiano da Silva.

LEI N.º 141 — DE 20 DE OUTUBRO DE 1841.

João Antonio de Miranda, Presidente da Provincia do Maranhão, Faço saber a todos os seus habitantes, que a Assembleia Legislativa Provincial Decretou a seguinte Lei Municipal.

TITULO 1.º

CAPITULO 1.º

DESPESAS MUNICIPAES.

Art. 1.º As Camaras Municipaes mencionadas na esta Lei são authorizadas a despender no anno finançeiro do 1.º de Julho e 1842 ao ultimo de Junho de 1843 as quantias abaixo declaradas.
As disposições da presente Lei são em tudo aplicáveis ao corrente anno financeiro.

Art. 2.° A Camara Municipal da Cidade do Maranhão despenderà:

§ 1.° Com o Secretario............. 750$000
§ 2.° Com o Amanuense.............. 400$000
§ 3.° Com o Porteiro............... 360$000
§ 4.° Com os dois Agentes do Porteiro sendo o ordenado de cada um 240$ 480$000
§ 5.° Com o Procurador os 6 por cento 700$000
§ 6.° Com os Fiscaes da Freguezia da Sé, e da Conceição a 400$ cada um, ficando suprimidos os ordenados dos Fiscaes da Bacanga e Vinhaes............. 800$000
§ 7.° Com o Medico do partido... 400$000
§ 8.° Com o Cirurgião.............. 200$000
§ 9.° Com o Advogado.............. 350$000
§ 10. Com o Procurador dos Auditórios 175$000
§ 11. Com o expediente da Secretaria, e o servente......................... 200$000
§ 12. Com o Administrador do Açougue.................................. 450$000
§ 13. Com o Fiel do dito........... 360$000
§ 14. Com serventes do dito...... 700$000
§ 15. Com o asseio e outras despesas do dito.............................. 100$000
§ 16. Com o arrendamento do curral, manga, casa de matança, e vendagem 1:150$000
§ 17. Com o carcereiro............. 500$000
§ 18. Com os serventes da Cadeia........................................ 400$000
§ 19. Com luses, perfumes, lavagens, e outras despesas na Cadeia............ 400$000
§ 20. Com llimpezas de ruas, e praças 360$000
§ 21. Com custas de Processos e causas da Camara............................ 200$000
§ 22. Com o Promotor, Escrivães, Oficiaes de Justiça, custas e expediente do Jury............. 600$000
§ 23. Com a illuminação da Cidade. 9:000$000
§ 24. Com despesas eventuaes inclusive o ordenado do Escrivão do Açougue novamente criado, e a gratificação de 250$000 ao Ajudante do Carceriço nos impedimentos do Proprietario. 850$000

CAPITULO 2.º

Art. 3.º A Camara Municipal da Cidade d’Alcântara despendera:

§ 1.º Com o Secretario................. 300$000
§ 2.º Com o Fiscal....................... 150$000
§ 3.º Com o Porteiro e seu Ajudante 400$000
§ 4.º Com o Procurador os 6 por cento 150$000
§ 5.º Com o Administrador do Açougue 25$000
§ 6.º Com o Advogado e Procurador dos Auditorios.......................... 150$000
§ 7.º Com o Medico.......................... 200$000
§ 8.º Com o expediente da Secretaria 70$000
§ 9.º Com as Sessões do Jury inclusive o Promotor, Escrivão, e Officiaes de Justica........................................ 150$000
§ 10. Com o concerto de ruas, e estradas........................................ 200$000
§ 11. Com construção de fontes e limpezas de rios............................. 400$000
§ 12. Com despesas eventuaes, aferições e sello de livros.................... 150$000

CAPITULO 3.º

Art. 4.º A Camara Municipal da Villa de Viana despendera:

§ 1.º Com o Secretario................ 250$000
§ 2.º Com o Porteiro.................... 80$000
§ 3.º Com o Procurador os 6 por cento 36$000
§ 4.º Com o expediente da Secretaria 40$000
§ 5.º Com as Sessões do Jury inclusive o Promotor, Escrivães, e Oficiaes de Justiça 60$000
§ 6.º Com o aluguel de casas para as Sessões da Câmara e do Jury 140$000
§ 7.º Com a construção do curral do Açougue 60$000
§ 8.º Com despesas eventuaes inclusive as de aferições e sello dos livros 150$000

CAPITULO 4.º

Art. 5.º A Câmara Municipal da Villa do Itapucuru-mirim despendará:
§ 1.º Com o Secretario 250$000
§ 2.º Com o Porteiro 70$000
§ 3.º Com o Ajudante do dito 40$000
§ 4.º Com o Carcereiro 60$000
§ 5.º Com o expediente da Secretaria inclusive o Promotor, Escrivães e Oficiaes de Justiça 18$000
§ 6.º Com as Sessões do Jury inclusive o Promotor, Escrivães e Oficiaes de Justiça 50$000
§ 7.º Com o Advogado e Procurador dos Auditorios 100$000
§ 8.º Com asseio e luzes da Cadeia 40$000
§ 9.º Com o concerto da casa da Câmara e Açougue 150$000
§ 10. Com o Pocrador os 6 por cento 40$000
§ 11. Com as despesas eventuaes inclusive as das aferições 60$000

CAPITULO 5.º

Art. 6.º A Câmara Municipal da Villa de Guimarães despendará:
§ 1.º Com o Secretario 200$000
§ 2.º Com o Porteiro 60$000
§ 3.º Com o Procurador os 6 por cento................. 50$000
§ 4.º Com o expediente da Camara e Jurey................. 53$000
§ 5.º Com o Carcerheiro.......................... 60$000
§ 6.º Com agoa, luses, e asseio das prisões.................. 186$000
§ 7.º Com o Cirurgião e vaccina......................... 280$000
§ 8.º Com limpeza das praças, ruas e estradas................. 444$000
§ 9.º Com reparos da fonte publica......................... 178$000
§ 10.º Com eventuaes................................ 100$000

CAPITULO 6.º

Art. 7.º A Camara Municipal dá Villa do Paço despendera:
§ 1.º Com o Secretario.......................... 72$000
§ 2.º Com o Porteiro............................ 30$000
§ 3.º Com o Procurador.......................... 29$000
§ 4.º Com o expediente da Camara e outras despesas.............. 40$000
§ 5.º Com luzes e asseio da Cadeia......................... 20$000
§ 6.º Com o concerto de estradas e limpeza da praça............... 50$000
§ 7.º Com custas de processos........................ 40$000
§ 8.º Com eventuaes................................ 40$000

CAPITULO 7.º

Art. 8.º A Camara Municipal da Villa do Codô despendera:
§ 1.º Com o Secretario.......................... 200$000
§ 2.º Com o Porteiro............................ 60$000
§ 3.º Com o Procurador os 6 por cento.................... 30$000
§ 4.º Com o expediente da Camara........................ 30$000
§ 5.º Com as Sessões do Jury e Pro-motor.................... 50$000
§ 6.º Com a construccion do curral do Açougue............... 50$000
§ 7.º Com eventuaes................................ 100$000
CAPITULO 8.º

Art. 9.º A Camara Municipal da Villa do Mearim depondrá:

§ 1.º Com o Secretario ............. 450$000
§ 2.º Com o Porteiro e Officinas de Justiça na forma da Lei Provincial n. 44. 60$000
§ 3.º Com o Procurador ............. 40$000
§ 4.º Com o expediente da Secretaria 25$000
§ 5.º Com aluguel de casas para Sessões ............................................ 60$000
§ 6. Com d spesas eventuais inclusive as de sello de livros, e aferições ........ 100$000

CAPITULO 9.º

Art. 10. As Camaras Municipaes arrecadaráo dentro dos seus Municipios as seguintes rendas:

§ 1.º Alugueis dos proprio Municipaes.
§ 2.º Foros de terrenos Municipaes.
§ 3.º Laudemios.
§ 4.º Multa por infracção de Posturas.
§ 5.º Ditas impostas segundo os Codigos Criminal e do Processo.
§ 6.º Ditas das Eleicoes.
§ 7.º Propinas dos Açougues.
§ 8.º Licenças para vender bebidas espirituosas na forma do art. 44.
§ 9.º Ditas para lojas, que venderem a retalho na forma do art. 42.
§ 10. Ditas para os que venderem sem ser em estabelecimento fixo na forma do art. 43.
§ 11. Aferições de pesos e medidas.
§ 12. Taxas de passagens de rios, pontes e estradas.
§ 13. Quaesquer outras rendas, imposições ou taxas que estejão na posse de cobrar.
Art. 11. Todos os que nas Cidades e Villas e seus termos quiserem vender ao publico bebidas espirituosas pagarão por casas de qualquer denominação, que sejam na capital 8:000 rs., nos de mais logares 4:000 rs. por semestre para o que tirarão licença da respectiva Camara mostrando bilhete do Procurador da mesma por onde conste terem pago este imposto. A disposição d’este artigo não comprende as casas de lavradores, em que se fabricarem agoardente.

Art. 12. Todos os que venderem a retalho farsendas seccas, e molhados, bem como os donos de boticas, casas de pasto, e jogos pagarão por semestre mil reis, e os que tiverem lojas de officios mecanicos, quinhentos reis, por cada uma.

Art. 13. Toda a pessoa que vender farsendas secas ou molhadas de porta em porta dentro das Cidades ou Villas pagará por semestre mil reis, e os que venderem fora dos povoados oito mil reis.

Art. 14. O Presidente da Provincia dará ás Camaras Municipaes regulamentos adequados á boa e prompta arrecadação das suas rendas, em quanto porém não forem dados taes regulamentos proverão as mesmas Camaras como for mais conveniente de forma que não fique paralisada a arrecadação.

Art. 15. As Camaras continuarão a receber quasesquer rendas, á cuja cobrança tenham juz ainda que d’ellas não se faça menção n’esta Lei, quer a cobrança respeite ao preterito quer ao futuro.

Art. 16. As rendas Municipaes continuarão a ser administradas pelas Camaras, competindo-lhes para a sua cobrança as mesmas acções que tem o Thesouro Publico Provincial.

Art. 17. As Camaras poderão convencionar com os seus devedores sobre as cobranças de suas dívidas ac-
tuaes por prestações razoáveis não excedendo os pra-
zos das mesmas prestações a trez annos, passando-se
logo letras aceitas pelos devedores sacadas, e endossadas
pelos fiadores, as quaes se considerarão todas venci-
das para se proceder a respectiva cobrança se uma d'ellas
deixar de ser paga no seu vencimento.

Art. 18. Nos Municipios, em que não houverem
cadeias e casas para as sessões Municipaes e do Jury, fic-
ão autorizadas as Camaras a despender as quantias
precisas com o aluguel d'ellas.

Art. 19. As Camaras cujas despesas não vão fixadas n'esta Lei continuarão a faset-as como até ago-
ra, sob sua responsabilidade, porém unicamente a respeito de objectos, que vão fixados para as outras Ca-
maras não excedendo em caso algum as despesas aos
seus rendimentos.

Art. 20. As Camaras nos contractos de afora-
mentos de suas terras e terrenos para edificar ficão
autorizadas a fixar o quantitativo annual que devem
pagar os foreiros sem que seja necessario porem em
praça os contractos.

Art. 21. As Camaras Municipaes remeterão in-
dispensavelmente á Assembleia Provincial todos os an-
nos uma relação dos bens de que percebem renda
com especificação da sua natureza apontando os ob-
jectos sobre quem sem vexame publico possa recahir al-
gum imposto.

Art. 22. Os rendimentos das Camaras provenien-
tes de imposições não poderão ser aplicados a quaes-
querr despesas ou obrigações contraídas pelas mesmas
sem que seus empregados tenham sido pagos de seus
vencimentos com preferencia a tudo.

Art. 23. As Camaras que não cumprirem o dis-
posto no art. 2.º da Lei Provincial n. 88 de 6 de
Julho de 1840 serão multadas á juizo do Prezidente da
Provincia na quantia de cincoenta mil reis divididos
igualmente pelos Vereadores culpados.

Art. 24. Os Fiscaes das Camaras que não tive-
rem vencimento certo perceberão metade das multas por infracção de posturas, que elles físerem entrar como lhes cumpre.

Art. 25. Todo o criador será obrigado a registar na Camara em livro para esse fim destinado os ferros ou marcas com que costuma ferrar o seu gado.

Art. 26. Na proxima reunião da Assemblea Provincial as Camaras darão conta circunstanciada do que houverem feito em observancia d’esta Lei.

Art. 27. Ficão revogadas todas as Leis e disposições em contrario.

Mando por tanto a todas as authoridades, a quem o conhecimento, e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão, e fação cumprir tão inteiramente como nella se contem.—O Secretario desta Provincia a faça imprimir, publicar, e correr.—Palacio do Governo do Maranhão em vinte de Outubro de mil oitocentos quarenta e um, vigesimo da Independencia e do Imperio.

JOÃO ANTONIO DE MIRANDA.

Estava o Sello.

Carta de Lei pela qual V. Ex. manda executar o Decreto da Assemblea Legislativa Provincial, authorizando varias Camaras da Provincia a despedrer no anno financeiro do 1. de Julho de 1842 ao ultimo de Junho de 1843 as quantias na mesma Lei declaradas, como acima se demonstra.

Para Vossa Excellencia ver.

Jo é Candido Vieira a fez.

Sellada, e publicada na Secretaria do Governo do Maranhão em 20 de Outubro de 1841.

Gregorio de Tavares Ozorio Maciel da Costa.


Marcelino Severiano da Silva.